

Demonstrações Financeiras

Relatório Gerencial e
Demonstrações
Financeiras

1º Trimestre de 2020

banco
inter



Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, que opera através de uma plataforma digital que incluem serviços financeiros e não financeiros, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2020. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), quando aplicável.

Banco Inter S.A.

O Banco Inter é a única plataforma de serviços financeiros e não financeiros totalmente digital do Brasil. Oferecemos um novo conceito de banco – digital, completo e sem cobrança de tarifas bancárias. No aplicativo, os clientes contam com opções de conta corrente, financiamento, consórcios, câmbio, seguros, crédito, além da possibilidade de comprar produtos nas principais lojas de varejo do país, através de nosso *marketplace*, tudo em um só lugar, de forma simples e rápida.

Nosso modelo de negócios reúne as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (*fintechs*). Os mais de 25 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária brasileira nos garantem credibilidade e *expertise* para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência *fintech*, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento.

A plataforma digital possibilita um acelerado crescimento na base de correntistas digitais, evoluindo de 1,9 milhões de correntistas em 31 de março de 2018 para mais de 4,9 milhões em 31 de março de 2020, equivalente a 155% de crescimento no período.

Desde a mudança do nosso modelo de negócios em 2015, aumentamos a diversificação das nossas receitas, ampliando a relevância das receitas de serviços. Adicionalmente, a estrutura de um banco de varejo digital contribui para uma composição de *funding* de baixo custo de captação, mais resiliente e pulverizado entre nossos correntistas.

Destaques Operacionais

Conta Digital

Em 31 de março de 2020, ultrapassamos 4,9 milhões de correntistas digitais. O número de contas abertas por dia útil ultrapassou 14 mil no mês de março de 2020.

No exercício findo em 31 de março de 2020, atingimos 2,7 milhões de clientes ativos, crescimento de 147% frente ao mesmo período do ano anterior, e somamos mais de 130 milhões de logins no app do Banco Inter ao longo do trimestre.

Carteira de Crédito

Em 31 de março de 2020 o saldo das operações de crédito Total somou R\$ 5,1 bilhões, variação positiva de 7,9% em relação a 31 de dezembro de 2019 e de 45,3% em relação ao mesmo período de 2019. A carteira de crédito com garantia imobiliária totalizou R\$2,7 bilhões, crescimento de 6,6% comparado a 31 de dezembro de 2019, quando totalizava R\$2,5 bilhão. Já a carteira de crédito pessoa física, que

inclui as carteiras de crédito consignado e cartão de crédito, no montante de R\$1,2 bilhão, apresentou um crescimento de 4,7% na comparação com 31 de dezembro de 2019. A carteira de crédito empresas, sem garantia imobiliária, reduziu 2,8% em relação a dezembro de 2019, totalizando R\$244,4 milhões. Em 31 de março de 2020, a carteira de outros créditos com característica de concessão de crédito, representada principalmente por operações de cartão de crédito, obteve um crescimento de 21,2% na comparação trimestral, totalizando R\$ 967,5 milhões. A carteira de crédito rural no montante de R\$1,5 milhão permaneceu no mesmo patamar quando comparado a dezembro de 2019.

Captação

Em 31 de março de 2020, a captação total somou R\$7,0 bilhões 4,4% superior ao montante de R\$6,7 bilhões registrados em dezembro de 2019. Os depósitos à vista totalizavam R\$2,6 bilhões, crescimento de 23,2% comparado ao volume apresentado ao final do ano de 2019.

Destaques Econômico-Financeiros

Lucro Líquido

No exercício findo em 31 de março de 2020, o resultado negativo de 8,4 milhões, representando uma redução de R\$20,5 milhões quando comparado com ao trimestre findo em 31 de março de 2019. O impacto no lucro líquido do trimestre é o resultado, principalmente, da redução do resultado dos títulos e valores mobiliários que apresentou uma redução de R\$22,6 milhões fortemente impactado pelo ajuste da carteira marcada a valor de mercado. Adicionalmente, dado o cenário do COVID-19 a carteira de operações de crédito teve um incremento de provisão impactando também o resultado do período.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Em 31 de março de 2020, o resultado bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$139,5 milhões, registrando um aumento redução de R\$22,0 milhões em relação ao montante registrado no mesmo período de 2019. Como destaque positivo, vimos as receitas das operações de crédito, líquidas de despesas de captação, somarem R\$120 milhões, apresentando crescimento de 42,9% frente ao primeiro trimestre de 2019.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorridas no exercício findo em 31 de março de 2020 somaram R\$161,5 milhões, um acréscimo de R\$63,1 milhões em relação ao mesmo período de 2019, crescimento explicado pelo volume crescente de operações, ampliação dos serviços e produtos oferecidos e crescimento da base de clientes.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os ativos totais somaram R\$10,5 bilhões no 1º trimestre de 2020, evolução de R\$441 milhões em comparação a dezembro de 2019. Destaque para as Operações de Crédito, que somaram R\$5,1 bilhões em 31 de março de 2020, um aumento de R\$375 milhões no período.

Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2020, o patrimônio líquido somou R\$2,2 bilhões, apresentando uma redução R\$45,9 milhões, quando comparado a 31 de dezembro de 2019. A redução é explicada principalmente pelo aumento das ações em tesouraria.

A relação entre Carteira de Crédito e Patrimônio Líquido, um dos indicadores que mede o grau de alavancagem da instituição, em 31 de março de 2020 é de 2,4 vezes, um aumento de 21 p.p., em relação a dezembro de 2019 quando apresentava uma relação de 2,2 vezes, porém em linha com a redução do patrimônio do período.

Índice de Basileia

De acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo de 8% dos ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas.

O Banco Inter encerrou em 31 de março 2020 com um Índice de Basileia de 28,6%, mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento da instituição. A redução no Índice de Basileia pode ser explicada pelo crescimento da carteira de crédito, mas principalmente pela posição de títulos e valores mobiliários mantidos em tesouraria.

Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas Fitch Ratings e Standard & Poor's, com notas em escala nacional de longo prazo "A-(bra)" e "brAA-", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Banco Inter. As agências destacam a melhoria da qualidade de crédito, a mitigação de riscos de descasamento de prazos, os importantes avanços na venda cruzada de produtos e na autonomia de captação de recursos, refletindo os benefícios do crescimento exponencial da base de clientes nos últimos anos.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular Nº 3.068/2001 – Bacen

Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular Bacen nº 3.068/2001, O Banco Inter declara ter a intenção e capacidade de manter R\$381,6 milhões na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento".

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2020.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Banco e as empresas controladas não contrataram outros serviços que não fossem os serviços de auditoria de suas informações/demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 19 de maio 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais -

ITR

Aos Administradores e Acionistas do Banco Inter S.A. Belo Horizonte - Minas Gerais

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do Banco Inter S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

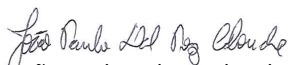
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



João Paulo Dal Paz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.643.322	3.114.672	2.643.429	3.114.789
Instrumentos financeiros		7.368.836	6.572.956	7.395.127	6.573.699
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6	165.210	229.088	169.538	229.088
Títulos e valores mobiliários	7	1.355.351	1.165.021	1.365.362	1.154.389
Relações interfinanceiras	8	580.065	416.294	580.065	416.294
Relações interdependências		4	15	4	15
Carteira de crédito	9	4.984.878	4.628.019	4.984.878	4.628.019
Operações de crédito		4.181.533	3.975.200	4.181.533	3.975.200
Outros créditos com características de concessão de crédito		967.508	798.207	967.508	798.207
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(164.163)	(145.388)	(164.163)	(145.388)
Outros ativos financeiros	10	283.328	134.519	295.280	145.894
Créditos tributários	11	85.727	61.233	85.888	61.370
Investimentos	13	73.907	45.671	1.105	1.105
Investimentos em participações em coligadas e controladas		72.802	44.566	-	-
Outras investimentos		1.105	1.105	1.105	1.105
Imobilizado		26.384	22.418	26.923	22.465
Imobilizado em uso		-	5.464	0	5.464
Outras imobilizações		38.540	28.486	39.270	28.556
(Depreciação acumulada)		(12.156)	(11.532)	(12.347)	(11.555)
Intangível	14	102.663	77.778	128.146	79.245
Ativos intangíveis		119.045	89.123	144.744	90.825
(Amortização acumulada)		(16.382)	(11.345)	(16.598)	(11.580)
Outros ativos	12	171.815	167.645	171.936	166.905
Total do ativo		<u>10.472.654</u>	<u>10.062.373</u>	<u>10.452.554</u>	<u>10.019.578</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo					
Passivos financeiros		8.306.193	7.842.840	8.279.966	7.801.095
Depósitos	15a	5.369.180	5.010.704	5.337.609	4.992.514
Depósitos à vista		2.588.985	2.094.127	2.573.152	2.088.132
Depósitos poupança		346.240	307.098	346.240	307.098
Depósitos a prazo		2.433.955	2.609.479	2.418.217	2.597.284
Captações no mercado aberto		264.921	178.492	264.921	166.432
Recursos de aceites e emissão de títulos	15b	1.687.440	1.758.078	1.685.182	1.731.640
Relações interfinanceiras	8	777.483	640.625	777.483	641.759
Relações interdependências		14.528	1.134	14.528	-
Obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país	16	29.312	29.800	29.312	29.800
Instrumentos financeiros derivativos	7a	19.419	20.941	19.419	20.941
Outros passivos financeiros	17	143.910	203.066	151.512	218.009
Provisões	21	18.510	18.516	18.510	18.531
Total do passivo		8.324.703	7.861.356	8.298.476	7.819.626
Patrimônio líquido	20	2.147.951	2.201.017	2.154.078	2.199.952
Capital social		2.069.714	2.068.305	2.069.714	2.068.305
Reserva de capital		1.024	1.119	1.024	1.119
Reservas de lucros		103.995	130.131	103.995	124.889
Outros resultado abrangentes		1.412	1.462	(755)	1.462
Ações em tesouraria		(28.194)	-	(28.194)	-
Participações de acionistas não controladores		-	-	8.294	4.177
Tototal do passivo e patrimônio líquido		10.472.654	10.062.373	10.452.554	10.019.578

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Operações de crédito	9	190.213	138.431	190.213	138.431
Rendas de operações de câmbio		4.535	111	4.535	111
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	6	30.843	26.190	30.843	26.190
Resultado com títulos e valores mobiliários	7	(21.566)	6.585	(15.818)	6.815
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	342	-	342
Resultado de intermediação financeira		204.025	171.659	209.773	171.889
Operações de captação no mercado	15c	(54.333)	(54.081)	(59.311)	(53.965)
Operações empréstimos e repasses		(365)	(435)	(365)	(435)
Operações com derivativos	7	(10.577)	-	(10.577)	-
Despesas de intermediação financeira		(65.275)	(54.516)	(70.253)	(54.400)
Resultado de intermediação		138.750	117.143	139.520	117.489
(Provisão)/reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9e	(50.399)	(22.306)	(50.399)	(22.306)
Resultado de provisões para perda		(50.399)	(22.306)	(50.399)	(22.306)
Rendas de prestação de serviços	22	28.225	18.166	44.359	24.182
Despesas de pessoal	23	(49.752)	(32.139)	(53.484)	(33.550)
Outras despesas administrativas	24	(102.267)	(63.951)	(108.019)	(64.850)
Despesas tributárias		(12.407)	(7.491)	(13.702)	(7.929)
Resultado de participações em controladas		3.344	3.053	-	-
Outras receitas operacionais	25	32.372	9.584	34.340	9.825
Outras despesas operacionais	26	(24.033)	(16.036)	(24.733)	(16.080)
Receitas e despesas operacionais		(124.518)	(88.814)	(121.239)	(88.402)
Resultado operacional		(36.167)	6.023	(32.118)	6.781
Outras receitas		4.425	(2.222)	3535	(2.259)
Outras despesas		(2.623)	-	(2.632)	-
Outras receitas e despesas	27	1.802	(2.222)	903	(2.259)
Resultado antes dos tributos		(34.365)	3.801	(31.215)	4.522
Provisão para imposto de renda		-	-	(1.176)	(482)
Provisão para contribuição social		-	-	(567)	(205)
Ativo fiscal diferido		24.494	8.275	24.517	8.249
Tributos e participações sobre o lucro	19	24.494	8.275	22.774	7.562
Resultado líquido		(9.871)	12.076	(8.441)	12.084
Lucro atribuível aos:					
Participação de acionistas não controladores				1.430	8
Participação de acionistas controladores				-9.871	12.076
Resultado líquido por ação					
Resultado por ação básico – R\$				0,01402	0,1192
Resultado por ação diluído – R\$				0,01399	0,1183

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Resultado líquido do trimestre	(9.871)	12.076	(8.441)	12.084
Outros resultados abrangentes do trimestre				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(50)	(31)	3.025	(31)
Total de resultados abrangentes do trimestre	(9.921)	12.045	(5.416)	12.053
Atribuição do resultado abrangente				
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores			(9.921)	12.045
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores			4.505	8
Total do resultado abrangente do trimestre			(5.416)	12.053

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros						Total Patrimônio Líquido do Banco	Outros resultado abrangentes	Participação dos Não Controladores no Pat.Liq.das	Patrimônio Líquido Total	
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Estatutária	Outros resultado abrangentes	Lucros acumulados					Ações em tesouraria
Saldos em 31 de dezembro de 2018	Nota	848.760	1.290	13.262	89.241	(3.340)	-	(432)	948.781	-	252	949.033
Ágio na venda de ações em tesouraria		-	7	-	-	-	-	-	7	-	-	7
Pagamentos baseados em ações		-	26	-	-	-	-	-	26	-	-	26
Resultado do trimestre		-	-	-	-	-	12.076	-	12.076	-	8	12.084
Destinações propostas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	604	-	-	(604)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir		-	-	-	(1.342)	-	1.342	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,13 por ação)	20d	-	-	-	-	-	(12.814)	-	(12.814)	-	-	(12.814)
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	39	39	-	-	39
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(31)	-	-	(31)	-	-	(31)
Saldos em 31 de março de 2018		848.760	1.323	13.866	87.899	(3.371)	-	(393)	948.084	-	260	948.344
Mutações do período		-	33	604	(1.342)	(31)	-	39	(697)	-	8	(689)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Nota	2.068.305	1.119	17.206	112.925	1.462	-	-	2.201.017	(5.242)	4.177	2.199.952
Aumento de capital	20a	1.275	-	-	-	-	-	-	1.275	-	-	1.275
Custo na emissão de ações		-	39	-	-	-	-	-	39	-	-	39
Pagamentos baseados em ações	20a	134	(134)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do trimestre		-	-	-	-	-	(9.871)	-	(9.871)	-	1.430	(8.441)
Destinações propostas:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de reserva de lucros		-	-	-	(26.136)	-	26.136	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,023 por ação)	20d	-	-	-	-	-	(16.265)	-	(16.265)	-	-	(16.265)
Ações em tesouraria	20e	-	-	-	-	-	-	(28.194)	(28.194)	-	-	(28.194)
Transações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	2.687	-	2.687
Ajuste a valor de mercado		-	-	-	-	(50)	-	-	(50)	3.075	-	3.025
Saldos em 31 de março de 2020		2.069.714	1.024	17.206	86.789	1.412	-	(28.194)	2.147.951	(2.167)	8.294	2.154.078
Mutações do período		1.409	(95)	-	(26.136)	(50)	-	(28.194)	(53.066)	3.075	4.117	(45.874)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Elaborada pelo método indireto				
Atividades operacionais				
Resultado líquido	(9.871)	12.076	4.304	12.084
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	10.433	686
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.399	22.306	50.399	20.221
Impostos diferidos	(24.494)	(8.275)	(15.915)	(8.249)
(Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.472	1.651	2.472	1.651
Resultado de participações em coligadas e controladas	(3.344)	(3.053)	-	-
Resultado da variação cambial	52	(100)	52	(100)
Depreciações e amortizações	5.698	1.706	5.794	1.746
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações	39	26	39	26
(Ganho) / perda na venda de ativos permanentes	-	(47)	-	(47)
Provisão receitas de performance	(23.807)	-	(49.883)	-
Outros ganhos e perdas de capital	(4.144)	-	(4.312)	-
Varição de ativos e passivos				
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	63.878	7.682	64.404	7.682
Redução/(Aumento) de títulos e valores mobiliários para negociação	(198.395)	-	(209.645)	(1.282)
Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras	43.062	11.338	43.062	11.338
Redução/(Aumento) de operações de crédito	(238.296)	(197.336)	(238.296)	(195.251)
Redução/(Aumento) de outros créditos	(350.339)	(18.231)	(353.671)	(12.912)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	(4.171)	(18.366)	(5.032)	(18.349)
Redução/(Aumento) de depósitos	358.476	161.978	345.095	156.783
(Redução)/Aumento de captações no mercado aberto	86.429	65.388	98.489	62.469
(Redução)/Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	(70.638)	22.967	(46.458)	22.967
(Redução)/Aumento de relações interdependências	13.390	1.120	13.390	1.120
(Redução)/Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(489)	(740)	(489)	(740)
(Redução)/Aumento de instrumentos financeiros derivativos	(1.522)	(996)	(1.522)	(996)
(Redução)/Aumento de resultados de exercícios futuros	(5.167)	(1.292)	(5.167)	(1.292)
(Redução)/Aumento de outras obrigações	(74.667)	(4.089)	(79.430)	(8.085)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(385.449)	55.713	(371.887)	51.470
Impostos e Contribuição Social Pagos	-	-	(857)	188
Atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(25.060)	(5.000)	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(4.590)	(6.486)	(4.605)	(6.488)
Alienação de ativo imobilizado	-	713	-	713
Aquisição de intangível	(29.957)	(11.866)	(53.482)	(12.585)
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	302.151	(70.813)	-	(70.813)
Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(294.137)	27.374	-	27.374
Recebimento de dividendos	4.021	188	-	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(47.572)	(65.890)	(58.087)	(61.799)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital	1.275	-	1.275	-
Recompra de ações em tesouraria	(28.194)	-	(28.194)	-
Venda ações em tesouraria	-	46	-	46
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(11.358)	(8.033)	(13.558)	(8.033)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	(38.277)	(7.987)	(40.477)	(7.987)
Aumento (redução) das disponibilidades	(471.298)	(18.164)	(471.308)	(18.128)
Caixa e equivalentes no início do período	3.114.672	1.546.066	3.114.789	1.546.066
Caixa e equivalentes no fim do período	2.643.322	1.528.002	2.643.429	1.528.038
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente	52	(100)	52	(100)
Aumento (redução) das disponibilidades	(471.298)	(18.164)	(471.308)	(18.128)
Transações que não envolveram caixa				
Provisão de Juros sobre o capital próprio	16.266	12.814	16.266	12.814
Ajustes valor justo instrumentos disponíveis para venda	(50)	-	(50)	-
Aumento de capital - pagamentos baseados em ações	134	-	134	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receitas	191.627	163.878	245.398	170.322
Intermediação financeira	204.025	175.421	209.773	175.651
Prestação de serviços	28.225	18.166	44.359	24.182
Obrigações por empréstimos e repasses	(365)	(435)	(365)	(435)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.399)	(22.306)	(50.399)	(22.306)
Outras receitas/despesas operacionais	8.339	(4.746)	41.127	(4.509)
Não operacionais	1.802	(2.222)	903	(2.261)
Despesas da intermediação financeira	64.910	54.081	69.888	53.965
Materiais e serviços adquiridos de terceiros	94.299	66.020	99.805	66.892
Materiais, energias e outros	83.610	54.435	84.915	54.964
Serviços de terceiros	10.689	11.585	14.890	11.928
Valor adicionado bruto (1-2-3)	32.418	43.777	75.705	49.465
Retenções	(5.698)	(1.706)	(5.794)	(1.746)
Depreciações e amortizações	(5.698)	(1.706)	(5.794)	(1.746)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	26.720	42.071	69.911	47.719
Valor adicionado recebido em transferência	3.344	3.053	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	3.344	3.053	-	-
Valor adicionado a distribuir (6+7)	30.064	45.124	69.911	47.719
Distribuição do valor adicionado	30.064	45.124	69.911	47.719
Pessoal e encargos	42.991	27.453	46.153	28.661
Remuneração direta	33.532	21.212	36.241	22.202
Benefícios	7.454	5.040	7.767	5.211
FGTS	2.005	1.201	2.145	1.248
Impostos, contribuições e taxas	(5.326)	3.903	17.039	5.257
Federais	(7.066)	2.869	14.756	4.039
Municipais	1.740	1.034	2.283	1.218
Aluguéis	2.269	1.691	2.415	1.716
Juros sobre o capital próprio	16.266	12.814	16.266	12.814
Resultado retido no trimestre	(26.136)	(737)	(13.392)	(737)
Participação não controladores	-	-	1.430	8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Inter S.A., fundado em 1994, iniciou suas atividades em março de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. O Banco é uma companhia aberta de direito privado, operando na forma de banco múltiplo.

O Banco opera como uma plataforma digital completa, que inclui a operação de um banco de varejo multisserviços, para pessoas físicas e jurídicas. Atua em crédito com foco nos produtos de crédito imobiliário, crédito consignado, crédito para empresas e cartão de crédito, e serviços como investimentos, seguros, conta corrente e um Marketplace de serviços não financeiros.

A carteira de captação de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as seguintes linhas de captação: Depósitos à vista, Poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF) e Letra Imobiliária Garantida (LIG).

No primeiro trimestre de 2020, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) e pelas medidas rigorosas implementadas para conter e/ou retardar a propagação do vírus, resultaram em níveis de incertezas e riscos para o Banco que ainda não haviam sido enfrentados. Em função do COVID-19, uma série de decisões foram tomadas para manter a qualidade dos serviços prestados, bem como para garantir a segurança dos clientes, colaboradores e fornecedores da instituição. Os possíveis impactos econômico-financeiros advindos da pandemia têm sido acompanhados de perto pela Administração.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).

Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).

Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).

Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.

Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24.

Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).

Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.

Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).

Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão

de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).

Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

A Resolução CMN 3.786/2009 e a Circular Bacen 3.472/2009 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN no 3.853/2010 e a Carta Circular Bacen no 3.447/2010, que disciplinam a divulgação de demonstrações financeiras consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução do CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Inter. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações introduzidas foram:

Balanço Patrimonial

Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;

Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e créditos tributários e provisões.

Demonstração do Resultado

Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas";

Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira". A receita de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha;

Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de administração em reunião realizada em 19 de maio de 2020.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos trimestres seguintes a 31 de março de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda.
- Nota explicativa nº 9 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.
- Nota explicativa nº 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		31/03/2020	31/12/2019
Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de TVM	98,3%	98,3%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	60,0%	60,0%
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda.	Gestora de fundos	99,9%	99,9%
Inter Marketplace Ltda.	Prestação de serviços	99,9%	99,9%
Inter Titulos Fundo de Investimento	Fundo de Investimento	93,9%	98,1%
Matriz Participações Ltda.	Gestora de fundos	70,0%	0%

(i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Banco e suas controladas obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no resultado do período.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Banco e suas controladas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

g. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos para negociação** - Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - trata-se de títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem intenção e dispõe de capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado.

O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou

passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do exercício.

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido”. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Para os derivativos classificados na categoria hedge contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

i. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Banco Central do Brasil, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda são classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, ou pelo valor de avaliação do imóvel, dos dois, o menor, conforme disposto na Circular Bacen nº 909/1.985.

As despesas antecipadas são correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.954/1989 e suas alterações.

k. Ativo permanente

(iv) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição. É reconhecida uma provisão para perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados semestralmente.

(v) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

(vi) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

I. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e
- os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses e os

provisionamentos trabalhistas são realizados com base no ticket médio histórico das condenações nos últimos 36 meses. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite em que exista a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

n. Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015 e após a 31 de dezembro de 2018	20%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018	20%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de janeiro de 2019 até 31 de março de 2020	15%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de março de 2020	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 01 de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). Referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL a serem utilizados sob as novas regras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou

recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Outros ativos e passivos financeiros

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do exercício a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

q. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Inter S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

r. Lucro por ação

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado das ações ordinárias e preferenciais em circulação em poder dos acionistas. .

s. Pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

4 Segmentos operacionais

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco e suas controladas estão divididas basicamente em seis segmentos: bancário, títulos e valores mobiliários, prestação de serviços, fundos de investimentos, e corretagem de seguros, gestão de fundos.

Resultado gerencial por Segmento

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada a seguir. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a. Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela substantiva do resultado do Banco, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, empréstimos e adiantamentos a clientes e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento e os negócios com microempreendedores.

b. Segmento de títulos e valores mobiliários

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração

de fundos de investimentos. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

c. Segmento de corretagem de seguros

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a garantias, seguros de vida, patrimonial e automóvel. As receitas de comissões de corretagem de seguros são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

d. Segmento de prestação de serviços

Nesse segmento são oferecidos serviços de corretagem, intermediação e mediação de negócios, serviços de desenvolvimento de sistema informatizados, exploração de direitos do uso do uso dos sistemas próprios ou de terceiros, processamento de dados, atividades de pesquisa inovação tecnológica, atividades de tratamento de dados, hospedagem, portais, provedores e serviços de internet. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

e. Segmento de fundo de investimento

Este segmento registra a rentabilidade das cotas em fundos de investimentos imobiliários, conforme política de investimento definida no Regulamento do Fundo, preponderantemente pelo investimento em ativos financeiros de origem imobiliária, incluindo títulos e valores mobiliários e/ou seus direitos permitidos aos fundos de investimentos imobiliários, conforme designados na Instrução CVM 472/2008.

f. Segmento Gestão de Fundos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

31/03/20									
	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Prestação de serviços	Fundo de Investimento	Corretagem de Seguros	Gestão de Fundos	Combinado Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira									
Operações de crédito	190.213	-	-	-	-	-	190.213	-	190.213
Rendas de operações de câmbio	4.535	-	-	-	-	-	4.535	-	4.535
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	30.843	-	-	-	-	-	30.843	-	30.843
Resultado com títulos e valores mobiliários	(21.566)	408	50	342	66	30	(20.670)	4.852	(15.818)
	204.025	408	50	342	66	30	204.921	4.852	209.773
Despesas da intermediação financeira									
Operações de captação no mercado	(54.333)	(2)	-	(5.231)	-	-	(59.566)	255	(59.311)
Operações empréstimos e repasses	(365)	-	-	-	-	-	(365)	-	(365)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(50.399)	-	-	-	-	-	(50.399)	-	(50.399)
Operações com derivativos	(10.577)	-	-	-	-	-	(10.577)	-	(10.577)
	(115.674)	(2)	-	(5.231)	-	-	(120.907)	255	(120.652)
Resultado bruto da intermediação financeira	88.351	406	50	(4.889)	66	30	84.014	5.107	89.121
Outras receitas (despesas) operacionais									
Rendas de prestação de serviços	28.225	5.493	1.061	-	6.312	3.268	44.359	-	44.359
Despesas de pessoal	(49.752)	(759)	(849)	-	(1.240)	(884)	(53.484)	-	(53.484)
Outras despesas administrativas	(102.267)	(4.834)	(55)	(92)	(307)	(464)	(108.019)	-	(108.019)
Despesas tributárias	(12.407)	(563)	(71)	-	(407)	(254)	(13.702)	-	(13.702)
Resultado de participações em controladas	3.344	-	-	-	-	-	3.344	(3.344)	-
Outras receitas operacionais	32.372	1.513	-	163	292	-	34.340	-	34.340
Outras despesas operacionais	(24.033)	(70)	-	(618)	(5)	(1)	(24.727)	(6)	(24.733)
	(124.518)	780	86	(547)	4.645	1.665	(117.889)	(3.350)	(121.239)
Resultado operacional	(36.167)	1.186	136	(5.436)	4.711	1.695	(33.875)	1.757	(32.118)
Resultado não operacional	1.802	-	-	-	(13)	(888)	901	-	903
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(34.365)	1.186	136	(5.436)	4.698	807	(32.974)	1.757	(31.215)
Provisão para imposto de renda	-	(283)	(91)	-	(539)	(263)	(1.176)	-	(1.176)
Provisão para contribuição social	-	(237)	(35)	-	(196)	(99)	(567)	-	(567)
Ativo fiscal diferido	24.494	-	-	-	-	23	24.517	-	24.517
	24.494	(520)	(126)	-	(735)	(339)	22.774	-	22.774
Resultado do período	(9.871)	666	10	(5.436)	3.963	468	(10.200)	1.757	(8.441)
Total dos ativos	10.472.654	36.389	5.401	50.005	12.173	9.015	10.585.637	(133.083)	10.452.554
Total dos passivos	8.324.703	4.132	520	35	1.929	2.134	8.333.451	(34.975)	8.298.476
Total do patrimônio líquido	2.147.951	32.257	4.881	49.970	10.244	6.881	2.252.186	(98.108)	2.154.078

31/03/2019							
	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Corretagem de Seguros	Administração de Fundos	Combinado Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira							
Operações de crédito	138.431	-	-	-	138.431	-	138.431
Rendas de operações de câmbio	111	-	-	-	111	-	111
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	26.190	-	-	-	26.190	-	26.190
Resultado com títulos e valores mobiliários	6.585	230	60	59	6.934	(119)	6.815
Instrumentos financeiros derivativos	342	-	-	-	342	-	342
	171.659	230	60	59	172.008	(119)	171.889
Despesas da intermediação financeira							
Operações de captação no mercado	(54.081)	(3)	-	-	(54.084)	119	(53.965)
Operações empréstimos e repasses	(435)	-	-	-	(435)	-	(435)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(22.306)	-	-	-	(22.306)	-	(22.306)
	(76.822)	(3)	-	-	(76.825)	119	(76.706)
Resultado bruto da intermediação financeira	94.837	227	60	59	95.183	-	95.183
Outras receitas (despesas) operacionais							
Rendas de prestação de serviços	18.166	1.647	4.369	-	24.182	-	24.182
Despesas de pessoal	(32.139)	(493)	(853)	(65)	(33.550)	-	(33.550)
Outras despesas administrativas	(63.951)	(591)	(294)	(14)	(64.850)	-	(64.850)
Despesas tributárias	(7.491)	(144)	(291)	(3)	(7.929)	-	(7.929)
Resultado de participações em controladas	3.053	-	-	-	3.053	(3.053)	-
Outras receitas operacionais	9.584	-	241	-	9.825	-	9.825
Outras despesas operacionais	(16.036)	(31)	(13)	-	(16.080)	-	(16.080)
	(88.814)	388	3.159	(82)	(85.349)	(3.053)	(88.402)
Resultado operacional	6.023	615	3.219	(23)	9.834	(3.053)	6.781
Resultado não operacional	(2.222)	-	(39)	-	(2.261)	-	(2.259)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.801	615	3.180	(23)	7.573	(3.053)	4.522
Provisão para imposto de renda	-	(99)	(383)	-	(482)	-	(482)
Provisão para contribuição social	-	(65)	(140)	-	(205)	-	(205)
Ativo fiscal diferido	8.275	(34)	-	8	8.249	-	8.249
	8.275	(198)	(523)	8	7.562	-	7.562
Resultado do período	12.076	417	2.657	(15)	15.135	(3.053)	12.084
Total dos ativos	5.958.109	17.040	8.277	5.042	5.988.468	(41.366)	5.947.102
Total dos passivos	5.010.025	4.003	1.520	58	5.015.806	(16.848)	4.998.758
Total do patrimônio líquido	948.084	13.037	6.757	4.984	972.662	(24.518)	948.344

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Disponibilidades	132.417	93.995	132.524	94.112
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.510.905	3.020.677	2.510.905	3.020.677
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.643.322	3.114.672	2.643.429	3.114.789

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

6 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Aplicações em operações compromissadas	-	-	3.628	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	3.628	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	165.210	229.088	165.910	229.088
CDI - ABC do Brasil	1.950	14.820	1.950	14.820
CDI - Banco BS2 S.A.	-	5.133	-	5.133
CDI - Banco Itaú Unibanco S.A.	13.026	29.555	13.726	29.555
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	-	30.643	-	30.643
CDI - Operações vinculadas ao crédito rural	150.234	148.937	150.234	148.937
Total	165.210	229.088	169.538	229.088
Circulante	165.210	229.088	165.910	229.088
Não circulante	-	-	3.628	-

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	Controladora			
	31/03/20			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em CDI	13.726	151.484	-	165.210
Total	13.726	151.484	-	165.210
	Consolidado			
	31/03/20			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em CDI	13.726	152.184	-	165.910
Letras do Tesouro nacional (LTN)	-	-	3.628	3.628
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-
Total	13.726	152.184	3.628	169.538
	Controladora e Consolidado			
	31/12/19			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em CDI	67.603	161.485	-	229.088
Total	67.603	161.485	-	229.088

Em 31 de março de 2020 os saldos em aplicações no mercado aberto com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento foram considerados como equivalentes de caixa, os quais totalizavam R\$2.510.905 (31 de março de 2019: R\$3.020.677).

Os saldos remanescentes de aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 24 meses da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Posição Bancada	27.395	22.990
Posição Financiada	1.830	999
Depósitos Interfinanceiros	1.618	2.201
Total	30.843	26.190

7 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados, substancialmente, por Títulos Públicos Federais (LFTs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e pelos valores atualizados das cotas de fundos de investimentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Carteira própria	1.121.553	961.574	1.131.564	951.046
Títulos Públicos	84.161	117.524	85.217	118.257
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - TVM	84.161	117.524	85.217	118.257
Títulos Privados	1.037.392	844.050	1.046.347	832.789
Certificados de Recebíveis Imobiliários	141.806	136.218	173.729	113.404
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	2.812	4.371
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	3.003	781
Letra de crédito imobiliário	-	-	13	139
Letra de crédito agrícola	-	-	175	594
Debêntures	381.639	260.409	392.875	266.076
Cotas de fundo de investimento	513.947	447.423	473.740	447.424
Vinculados a prestação de garantias	233.798	203.447	233.798	203.343
Títulos Privados	1	5.388	-	5.388
Certificados de Recebíveis Imobiliários - TVM	1	5.388	-	5.388
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - Garantia	233.797	198.059	233.798	197.955
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.355.351	1.165.021	1.365.362	1.154.389
Circulante	578.019	498.124	539.712	514.144
Não circulante	777.332	666.897	825.650	640.245
Instrumentos financeiros derivativos	(19.419)	(20.941)	(19.419)	(20.941)
Swaps	(19.419)	(20.941)	(19.419)	(20.941)
Total	1.335.932	1.144.080	1.345.943	1.133.448

Em 31 de março de 2020 o Banco Inter possuía obrigações com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ (19.419), (2019: (R\$20.941)).

As aplicações em cotas de fundos de investimentos, estão classificadas na categoria “para negociação”, levando em consideração a intenção da administração para operacionalizar estes títulos.

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

Classificação por tipo de títulos e vencimento:

Controladora								
31/03/2020								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	53.668	262.457	1.833	-	317.958	318.008	(50)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	100.071	41.736	141.807	141.807	-
Mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	10.404	150.202	211.028	10.005	381.639	381.639	-
Para negociação								
Cotas de fundo de investimento	513.947	-	-	-	-	513.947	513.947	-
Total	513.947	64.072	412.659	312.932	51.741	1.355.351	1.355.401	(50)
						Total do Circulante	578.019	
						Total do não Circulante	777.332	

Controladora								
31/12/2019								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	52.140	189.957	70.191	-	312.288	312.242	46
Certificados de recebíveis imobiliários	-	264	-	98.716	43.771	142.751	142.751	-
Mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	11.740	88.195	160.409	-	260.344	260.344	-
Para negociação								
Cotas de fundo de investimento	433.980	-	15.658	-	-	449.638	449.638	-
Total	433.980	64.144	293.810	329.316	43.771	1.165.021	1.164.975	46
						Total do Circulante	498.124	
						Total do não Circulante	666.897	

Consolidado								
31/03/2020								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	53.773	262.457	101.904	41.736	459.870	459.920	(50)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	53.773	262.457	1.833	-	318.063	318.113	(50)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	100.071	41.736	141.807	141.807	-
Mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	10.404	150.202	211.028	10.005	381.639	381.639	-
Para negociação								
Cotas de fundo de investimento	473.740	1.795	9.496	17.643	21.179	523.853	523.853	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	473.740	-	-	-	-	473.740	473.740	-
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	-	-	32	919	-	951	951	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	11	-	-	11	11	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	1.735	598	1.055	3.388	3.388	3.388	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	660	4.619	14.092	12.170	31.541	31.541	-
Debêntures	-	172	1.492	1.038	109	2.811	2.811	-
Letras de Crédito Agrícola (LCA)	-	963	1.503	925	7.845	11.236	11.236	-
Cotas de fundo de investimento	-	-	104	71	-	175	175	-
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	473.740	65.972	422.155	330.575	72.920	1.365.362	1.365.412	(50)
						Total do Circulante	539.712	-
						Total do não Circulante	825.650	-

Consolidado								
31/12/2019								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	52.404	189.957	168.907	17.119	428.387	428.341	46
Certificados de recebíveis imobiliários	-	52.140	189.957	70.191	-	312.288	312.242	46
Certificados de recebíveis imobiliários	-	264	-	98.716	17.119	116.099	116.099	-
Mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	11.740	88.195	160.409	-	260.344	260.344	-
Para negociação								
Cotas de fundo de investimento	450.000	-	15.658	-	-	465.658	465.658	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	433.980	-	15.658	-	-	449.638	449.638	-
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	629	-	-	-	-	629	629	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	140	-	-	-	-	140	140	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	3.839	-	-	-	-	3.839	3.839	-
Certificados de Depósitos Bancários	781	-	-	-	-	781	781	-
Debêntures	4.371	-	-	-	-	4.371	4.371	-
Letras de Crédito Agrícola (LCA)	5.667	-	-	-	-	5.667	5.667	-
Cotas de fundo de investimento	593	-	-	-	-	593	593	-
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	450.000	64.144	293.810	329.316	17.119	1.154.389	1.154.343	46
						Total do Circulante	514.144	
						Total do não Circulante	640.245	

As rendas de títulos e valores mobiliários e operações com derivativos foram:

	Controladora	
	31/03/20	31/03/19
Rendas de títulos de renda fixa	8.784	5.466
Resultado de aplicações em fundos de investimento	(30.350)	1.119
Resultado com títulos e valores mobiliários	(21.566)	6.585
Operações com derivativos	(10.577)	342
Total	(32.143)	6.927

	Consolidado	
	31/03/20	31/03/19
Rendas de títulos de renda fixa	14.532	5.696
Resultado de aplicações em fundos de investimento	(30.350)	1.119
Resultado com títulos e valores mobiliários	(15.818)	6.815
Operações com derivativos	(10.577)	342
Total	(26.395)	7.157

Em 31 de março de 2020 o Banco Inter apresentou uma receita com operação de hedge no montante de R\$10.577 (31 de março de 2019: despesa no montante de R\$342).

a. Instrumentos financeiros e derivativos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, parte indexada ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa Depósito Interfinanceiro (DI). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M e IPCA, a administração optou por realizar operações de swap cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, IPCA mais cupom e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

As operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 31 de março de 2020, o Banco Inter possuía 11 contratos de swap ativos CDI x IGP-M, com Notional total de R\$216.989 (duzentos e dezesseis milhões e novecentos e oitenta e nove mil reais) e 5 contratos de swap ativos CDI x IPCA, com Notional total de R\$230.000 (trezentos e dez milhões de reais) registrados na B3 e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento. A operação de swap é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas.

As operações de swap do Banco Inter estão classificadas como *Hedge Accounting* ("Fair Value Hedge"), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de hedge (swap) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do período. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de hedge os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o spread, realizando hedge somente do risco específico da carteira.

(i) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Controladora e Consolidado							
31/03/2020							
Contrato	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge	
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte		
CDI x IGPM 906722276	38.397	40.033	41.606	40.033	42.606	(2.573)	
CDI x IGPM 906722594	35.842	37.369	38.864	37.369	40.377	(3.008)	
CDI x IGPM 906722608	29.894	31.168	32.440	31.168	33.822	(2.654)	
CDI x IGPM 906723043	17.550	18.298	19.075	18.298	19.934	(1.636)	
CDI x IGPM 906723159	17.306	18.044	18.821	18.044	19.661	(1.617)	
CDI x IGPM 906723160	12.000	12.422	12.760	12.422	13.060	(638)	
CDI x IGPM 906723161	14.000	14.493	14.901	14.493	15.164	(671)	
CDI x IGPM 906723162	11.500	11.890	12.223	11.890	12.318	(428)	
CDI x IGPM 906723163	16.000	16.543	17.026	16.543	17.151	(608)	
CDI x IGPM 906723164	11.000	11.373	11.711	11.373	11.788	(415)	
CDI x IGPM 906723165	13.500	13.958	14.384	13.958	14.434	(476)	
Total	216.989	225.591	233.811	225.591	240.315	(14.724)	

Controladora e Consolidado							
31/03/2020							
Contrato	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge	
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte		
CDI x IPCA 905638573	60.000	62.865	63.271	62.865	63.011	(146)	
CDI x IPCA 905638581	60.000	62.865	63.483	62.865	63.356	(491)	
CDI x IPCA 905638590	50.000	52.388	53.005	52.388	53.678	(1.290)	
CDI x IPCA 905638603	10.000	10.478	10.639	10.478	10.883	(405)	
CDI x IPCA 905638611	50.000	52.388	53.256	52.388	54.749	(2.361)	
Total	230.000	240.984	243.654	240.984	245.677	(4.693)	

No trimestre findo em 31 de março de 2020, a despesa de R\$10.577 com operações com derivativos está apresentada na rubrica “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”. Deste total, R\$19.417 referem-se a perda na operação de hedge e R\$8.840 a ganho na valorização a mercado das operações objeto de hedge.

Em 31 de março de 2019 o Banco e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos contratados.

8 Relações Interfinanceiras

As relações interfinanceiras são compostas, principalmente, por créditos vinculados a depósitos efetuados no Banco Central do Brasil para cumprimento das exigibilidades sobre depósitos e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por moedas eletrônicas e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva) e são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Ativo		
Outros Sistemas de Liquidação	96.328	24.014
Depósitos Banco Central - Outros	91.642	76.779
Depósitos Banco Central - Reservas Compulsórias	392.095	315.501
Total	580.065	416.294
Passivo		
Valores a pagar a Instituições Financeiras	(750.965)	(641.759)
Outros Sistemas de Liquidação	(26.518)	-
Total	(777.483)	(641.759)

9 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por empréstimos e financiamentos com garantia imobiliária, operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, por operações de cartão de crédito e de crédito pessoal com consignação em folha de pagamento.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

Operações de Crédito	31/03/2020	% carteira	31/12/2019	% carteira
Pessoa jurídica	244.361	4,75%	251.416	5,27%
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	587.217	11,40%	557.552	11,68%
Financiamentos imobiliários	1.482.239	28,79%	1.352.509	28,33%
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária Pessoa física	612.170	11,89%	605.938	12,69%
Financiamentos Rurais	1.500	0,03%	1.500	0,03%
Pessoa física	1.245.564	24,19%	1.189.207	24,91%
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	8.482	0,16%	17.078	0,36%
Subtotal de operações de crédito	4.181.533		3.975.200	
Total do circulante	1.078.542		1.093.280	
Total do não circulante	3.102.991		2.881.920	
Outros créditos				
Outros créditos com característica de concessão de crédito	290.398		164.126	
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	677.110		634.081	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	967.508		798.207	
Total de outros créditos (circulante - nota 10)	957.555	18,60%	788.342	16,52%
Total de outros créditos (não circulante - nota 10)	9.953	0,19%	9.865	0,21%
Subtotal de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	967.508		798.207	
	5.149.041		4.773.407	100,00%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(95.983)		(86.925)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(61.841)		(52.462)	
Total (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157.824)		(139.387)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (circulante) (nota 10)	(6.301)		(5.926)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (não circulante) (nota 10)	(38)		(75)	
Total (-) Provisão para perdas com outros créditos	(6.339)		(6.001)	
Total (-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(164.163)		(145.388)	
Total	4.984.878		4.628.019	

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

Créditos	31/03/2020				
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Setor privado					
Pessoa Jurídica	5.663	52.305	83.843	102.550	244.361
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	6.685	30.676	105.921	443.935	587.217
Financiamentos Imobiliários	15.106	39.037	125.092	1.303.004	1.482.239
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	11.451	19.801	53.239	527.679	612.170
Financiamento rural	-	-	1.500	-	1.500
Pessoas físicas	151.011	147.275	221.455	725.823	1.245.564
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	8.482	-	-	-	8.482
Total operação de crédito	198.398	289.094	591.050	3.102.991	4.181.533
Outros créditos com característica de op. de crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	763	240.427	39.258	9.950	290.398
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado loja	-	497.645	179.462	3	677.110
Total outros créditos com característica de op. de crédito	763	738.072	218.720	9.953	967.508
Total operação de crédito	199.161	1.027.166	809.770	3.112.944	5.149.041

Créditos	31/12/19				
	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Setor privado					
Pessoa Jurídica	6.545	67.606	79.844	97.421	251.416
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	5.127	34.031	99.119	419.275	557.552
Financiamentos Imobiliários	12.684	41.521	116.183	1.182.121	1.352.509
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	9.026	21.044	50.585	525.283	605.938
Financiamento rural	-	1.500	-	-	1.500
Pessoas físicas	160.185	172.395	198.807	657.820	1.189.207
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	17.078	-	-	-	17.078
Total operação de crédito	210.645	338.097	544.538	2.881.920	3.975.200
Outros créditos com característica de op. De crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	276	151.241	2.747	9.862	164.126
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado loja	-	620.309	13.769	3	634.081
Total outros créditos com característica de op. De crédito	276	771.550	16.516	9.865	798.207
Total operação de crédito	210.921	1.109.647	561.054	2.891.785	4.773.407

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating) e por atividade econômica

Rating	Percentual mínimo de provisão	31/03/20		31/12/19	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA	-	1.917.760	-	653.180	-
A	0,50%	2.488.779	(18.380)	3.502.686	(22.703)
B	1,00%	284.622	(2.846)	275.525	(2.755)
C	3,00%	191.654	(5.750)	130.447	(3.913)
D	10,00%	88.129	(8.803)	46.854	(4.685)
E	30,00%	36.892	(11.067)	45.658	(13.697)
F	50,00%	31.488	(15.743)	31.021	(15.510)
G	70,00%	27.146	(19.003)	19.704	(13.793)
H	100,00%	82.571	(82.571)	68.332	(68.332)
Total		5.149.041	(164.163)	4.773.407	(145.388)

Ao longo do primeiro trimestre de 2020 o Banco aprimorou os controles para apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa, de maneira a atender, de forma ainda mais estruturada, os requisitos na Resolução CMN nº 2.682/1999, no que diz respeito à classificação de risco das operações, definida com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas.

A avaliação do rating de um contrato consiste em uma análise conjunta do seu histórico de pagamento e de sua garantia. O aprimoramento dos controles permitiu a análise mais aprofundada da

classificação de risco, por tipo de operação, resultando na apuração da provisão da forma descrita a seguir.

Contratos que apresentaram algum atraso recente em relação à data-base e mudaram de rating por tais atrasos, devem manter suas parcelas com os pagamentos em dia em um período de, no mínimo, 3 meses para que possam retornar sua classificação de rating inicial, caso contrário, eles são mantidos no pior rating apresentado nos últimos meses. Isso permite que sejam atribuídos, com mais segurança, *ratings* melhores aos contratos que possuem bom histórico de pagamento, como o rating AA. Esse procedimento garante, também, que não haja forte variação nos ratings entre os contratos.

De maneira geral, contratos com atraso somente terão uma melhora no rating após demonstrar solidez nos pagamentos, sendo que os contratos com um melhor histórico de pagamento terão uma provisão mais baixa, enquanto que os contratos os com oscilações de pagamentos terão uma maior provisão.

Em se tratando das garantias, é verificado se o seu valor em relação aos contratos do crédito imobiliário levam a carteira a uma baixa perda geral (*Loan-to-value* - LTV). Ao considerar o potencial valor de venda das garantias, o custo de oportunidade e a probabilidade de sucesso na consolidação dos imóveis que compõem as observações para o cálculo da perda nas operações (*Loss given default* - LGD), frente à exposição à perda dos contratos (*Exposure at default* - EAD), muitos mostram-se com o valor em risco negativo, ou seja, com baixa perda de crédito potencial.

A análise das garantias é também utilizada para determinar o arrasto, ou não, dos contratos de um mesmo cliente. Contratos com garantia real não são arrastados por contratos sem garantia. Dessa forma, um contrato de crédito imobiliário pode arrastar um contrato de cartão de crédito, porém o contrário não é possível, dada a segurança do Banco em recuperar aquele crédito caso o cliente se torne incapaz de quitar suas dívidas.

Desta forma, a adequação dos controles para a mensuração das provisões de crédito à perda esperada dos contratos, possibilita a classificação de uma grande parcela dos contratos em dia com o rating AA.

c.1 Composição PCLD por atividade econômica

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Pessoa jurídica	(2.866)	(3.390)
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	(5.246)	(6.014)
Financiamentos imobiliários	(28.528)	(23.645)
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	(15.329)	(10.306)
Financiamento Rural	-	(8)
Pessoa física	(105.855)	(96.024)
Outros Créditos	(6.339)	(6.001)
Total	(164.163)	(145.388)

Durante o período findo em 31 de março de 2020, o total de créditos recuperados foi de R\$5.454 (31 de março de 2019: R\$6.313), o de créditos renegociados foi de R\$13.881 (31 de março de 2019: R\$ 12.424) e de créditos baixados como prejuízo foi de R\$31.624 (31 de março de 2019: R\$13.827).

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(145.388)	(89.870)
Provisão constituída	(65.947)	(153.991)
Reversão de provisão	15.548	23.153
Baixas para prejuízo	31.624	75.320
Saldo final	(164.163)	(145.388)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 9a)	(157.824)	(139.387)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	(6.339)	(6.001)

e. Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Provisão constituída	(65.947)	(32.726)
Reversão de provisão	15.548	10.420
Despesa de PCLD líquida de recuperações	(50.399)	(22.306)

f. Rendas de operações de crédito

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Rendas Pessoa jurídica	12.351	10.828
Rendas Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	17.689	13.858
Rendas Financiamentos imobiliários	53.215	30.496
Rendas Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	33.370	24.168
Rendas Pessoa física	69.500	56.529
Renda bruta de operações de crédito	186.125	135.879
Recuperação de créditos baixados	5.454	6.313
(-) Despesas de comissões pagas	(1.366)	(3.761)
Total	190.213	138.431

10 Outros ativos financeiros

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Carteira de câmbio	5.202	33	5.202	33
Adiantamentos a terceiros	1.487	766	7.167	3.471
Impostos e contribuições a compensar	12.969	8.811	13.008	9.696
Negociação e intermediação de valores	2.236	2.214	2.236	2.214
Outras rendas a receber	4.313	-	7.621	2.980
Devedores diversos (a)	220.792	103.292	222.509	108.097
Cheques a receber	17	-	17	-
Bonificações a receber	35.195	18.304	35.195	18.304
Depósito em garantia (b)	1.117	1.099	2.325	1.099
Total circulante	283.328	134.519	295.280	145.894
Total circulante	282.211	133.420	292.955	144.795
Total não circulante	1.117	1.099	2.325	1.099

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$22.117 (2019: R\$49.073), recompra de operações de crédito no valor de R\$8.178 (2019: R\$3.323), devedores diversos de bens não de uso no valor de R\$30.644 (2019: R\$33.988), convênios no valor de R\$2.173 (2019: 3.557), valores a processar cartões no montante de R\$135.719 e outros valores R\$21.961 (2019: R\$13.351).
- (b) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$972 (2019: R\$957); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$145 (2019: R\$139).

11 Créditos tributários

Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito. A totalidade desses créditos tem sua realização estimada até 2022.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2020.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 3,31% a.a.), está descontado de R\$3.111, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$82.777 em 31 de março de 2020 (Em 31 de dezembro de 2019: R\$61.233).

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 01 de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). Referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL a serem utilizados sob as novas regras, conforme demonstrado abaixo:

Itens-base do diferimento	Controladora 31/03/2020		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	105.915	105.915	47.662
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.243	14.243	6.409
Provisão sob processos trabalhistas	3.295	3.295	1.483
Prejuízo fiscal	61.952	61.952	27.878
Marcação a mercado	(1.882)	(1.882)	(847)
Operações de hedge	6.684	6.684	3.009
Diferenças temporárias diversas	295	295	133
Total	190.502	190.502	85.727
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 15% para CSLL			
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido total	5.944	3.566	9.510
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL			
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido total	41.682	33.346	75.028
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2019	138.716	138.716	61.233
Constituição do período	77.346	77.346	34.718
Realização do período	(25.560)	(25.560)	(10.224)
Créditos tributários em 31 de março de 2020	190.502	190.502	85.727
		Circulante	78.398
		Não Circulante	7.329

Itens-base do diferimento	Controladora 31/12/2019		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	100.371	100.371	43.978
Provisão sob ações cíveis e fiscais	13.880	13.880	6.246
Provisão sob processos trabalhistas	3.678	3.678	1.655
Prejuízo fiscal	51.804	51.804	23.312
Marcação a mercado	(27.530)	(27.530)	(12.389)
Diferenças temporárias diversas	(3.487)	(3.487)	(1.569)
Total	138.716	138.716	61.233
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 15% para CSLL			
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	5.944	3.566	9.510
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL			
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	28.735	22.988	51.723
Crédito tributário diferido total	34.679	26.554	61.233
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	92.975	92.975	37.190
Constituição do período	89.519	89.519	41.554
Realização do período	(43.778)	(43.778)	(17.511)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2019	138.716	138.716	61.233
		Circulante	51.958
		Não Circulante	9.275

	Consolidado		
	31/03/20		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	105.915	105.915	47.662
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.243	14.243	6.409
Provisão sob processos trabalhistas	3.295	3.295	1.483
Prejuízo fiscal	62.310	62.310	28.040
Marcação a mercado	(1.882)	(1.882)	(847)
Operações de hedge	6.684	6.684	3.008
Diferenças temporárias diversas	295	295	133
Total	190.860	190.860	85.888
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 15% para CSLL			
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	5.944	3.566	9.510
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL			
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	41.771	33.417	75.188
Crédito tributário diferido total	47.715	36.983	84.698
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2019	139.021	139.021	61.370
Constituição do período	77.346	77.346	34.742
Realização do período	(25.560)	(25.560)	(10.224)
Créditos tributários em 31 de março de 2020	190.807	190.807	85.888
		Circulante	78.559
		Não Circulante	7.329

	Consolidado		
	31/12/19		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	100.371	100.371	40.148
Provisão sob ações cíveis e fiscais	13.880	13.880	5.552
Provisão sob processos trabalhistas	3.678	3.678	1.471
Diferenças temporárias diversas	52.109	52.109	20.844
Operações de hedge	(27.530)	(27.530)	(11.012)
Prejuízo fiscal	(3.487)	(3.487)	(1.395)
Base de cálculo	23.776	23.776	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	5.944	3.566	9.510
Base de cálculo	115.245	115.245	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	28.811	23.049	51.860
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	93.827	93.827	37.545
Constituição do período	89.519	89.519	41.554
Efeito redução alíquota	(44.325)	(44.325)	(17.729)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2019	139.021	139.021	61.370
		Circulante	52.095
		Não Circulante	9.275

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado, conforme demonstrado abaixo:

Período	Controladora					
	31/03/20					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2020	75.922	73.711	18.980	18.428	15.184	14.742
2021	90.779	88.135	22.695	22.034	18.156	17.627
2022	7.329	7.116	1.832	1.779	1.466	1.423
Total do circulante	183.173	177.838	45.793	44.459	36.635	31.200
Total do não circulante	7.329	7.116	1.832	1.779	1.466	1.423
Total geral	190.502	184.953	47.625	46.238	38.101	32.623

Período	Controladora					
	31/12/2019					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2020	118.148	115.032	29.843	29.075	17.906	17.445
2021	20.568	19.638	5.153	4.909	3.092	2.946
Total do circulante	118.148	115.032	29.537	28.758	22.440	21.848
Total do não circulante	20.568	19.638	5.142	4.910	4.114	3.928
Total geral	138.716	134.670	34.679	33.668	26.554	25.776

Período	Consolidado					
	31/03/20					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2020	76.278	74.064	19.070	18.516	15.256	14.813
2020	90.779	88.135	22.695	22.034	18.156	17.627
2021	7.329	7.116	1.832	1.779	1.466	1.423
Total do circulante	183.529	178.191	45.882	44.548	36.707	31.271
Total do não circulante	7.329	7.116	1.832	1.779	1.466	1.423
Total geral	190.858	185.306	47.714	46.327	38.173	32.694

Período	Consolidado					
	31/12/2019					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2020	118.453	115.032	29.843	29.075	17.906	17.445
2021	20.568	19.638	5.153	4.909	3.092	2.946
Total do circulante	118.453	115.032	29.613	28.758	22.501	21.851
Total do não circulante	20.568	19.638	5.142	4.910	4.114	3.928
Total geral	139.021	134.670	34.755	33.668	26.615	25.779

12 Outros ativos

<i>Bens não de uso próprio (a)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Bens não de uso próprio	135.287	136.111	135.287	136.111
Estoque de materiais	2.601	2.863	2.601	2.863
Provisão para desvalorização	-	-	-	-
	<u>137.888</u>	<u>138.974</u>	<u>137.888</u>	<u>138.974</u>
<i>Despesas antecipadas (b)</i>				
Deságio na colocação de títulos	124	164	124	164
Outras despesas antecipadas	<u>33.803</u>	<u>28.507</u>	<u>33.924</u>	<u>27.767</u>
	<u>33.927</u>	<u>28.671</u>	<u>34.048</u>	<u>27.931</u>
Total	<u>171.815</u>	<u>167.645</u>	<u>171.936</u>	<u>166.905</u>
Circulante	169.095	148.780	169.216	148.040
Não circulante	2.720	18.865	2.720	18.865

- (a) Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e consolidações. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída, quando aplicável, com base em estimativa realizada pela Administração.
- (b) O saldo de outras despesas antecipadas inclui o registro de pagamentos que envolvem a geração de benefícios econômicos para o Banco, em períodos subsequentes.

13 Investimentos

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência	
					31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/03/19
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	(a)	100	10.244	60,0%	6.146	3.769	2.377	2.658
Inter DTVM Ltda	(a)	25.000	32.257	98,3%	31.720	31.066	654	410
Inter Asset	(a)	5.000	4.782	99,9%	4.782	4.861	(80)	(15)
Inter Marketplace	(a)	5.000	4.881	99,9%	4.881	4.870	10	-
Matriz Participações	(a)	455	2.099	70,0%	1.469	-	383	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura					23.804	-	-	-
Matriz Participações								
Total					<u>72.802</u>	<u>44.566</u>	<u>3.344</u>	<u>3.053</u>
<i>Outros Investimentos</i>	(b)				<u>1.105</u>	<u>1.105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total geral Investimentos					<u>73.907</u>	<u>45.671</u>	<u>3.344</u>	<u>3.053</u>

Em janeiro de 2019 foi constituída e adquirida pelo Banco a Inter Asset Gestão de Recursos Ltda., empresa gestora de fundos de investimentos.

Em 8 de maio de 2019, o Banco celebrou um contrato de compra e venda de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. (“Interseguros”), com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”), por meio da qual o Banco se comprometeu a alienar 40% das quotas de emissão da Interseguros por valor correspondente a R\$114 milhões, sendo (i) R\$45 milhões fixos e pagos na data de fechamento e (ii) R\$69 milhões variáveis, nos termos do contrato de compra e venda de quotas, divididos em quatro parcelas anuais, as quais estão sujeitas a ajustes de acordo com a performance financeira da Interseguros, aferida pelo seu EBITDA, calculado com base nas demonstrações financeiras em IFRS da Interseguros. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 07 de junho de 2019, e une a plataforma digital com mais de 2 milhões de clientes do Banco, com a expertise de 45 anos da Wiz em gestão de canais de distribuição de seguridade e serviços bancários, criando um relevante canal digital de distribuição de seguridade do Brasil.

Em 03 de dezembro de 2019, o Banco Inter adquiriu 70% (setenta por cento) do capital social da empresa Matriz participações S.A (“Holding” ou “Matriz”). A Matriz é controladora de 98% (noventa e oito por cento) da DLM Invista Gestão de Recursos Ltda. (“DLM”). A referida operação foi autorizada pelo Banco Central do Brasil em 03 de janeiro de 2020. O Banco, com esta aquisição, pretende explorar e desenvolver as sinergias existentes na Plataforma Aberta Inter (PAI), que conta com mais 425 mil clientes. A DLM trará mais robustez aos segmentos de Wealth e Asset Management, que deverá converter-se em melhor atendimento aos clientes e maior oferta de produtos e serviços.

a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em controladas”.

b. Outros investimentos

No exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$ 1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

14 Intangível

	Controladora						
	31/03/2020			31/12/2019			
	Taxa anual amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	37.541	(15.931)	21.610	19.069	(11.345)	7.724
Custos de desenvolvimento	10%	58.185	(451)	57.734	-	-	-
Intangível em andamento		23.319	-	23.319	70.054	-	70.054
Total de Intangível		119.045	(16.382)	102.663	89.123	(11.345)	77.778

	Consolidado						
	31/03/20			31/12/19			
	Taxa anual amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	38.489	(16.147)	22.342	19.739	(11.580)	8.159
Custos de desenvolvimento	10%	58.185	(451)	57.734	-	-	-
Intangível em andamento	20%	24.267	-	24.267	71.086	-	71.086
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		23.803	-	23.803	-	-	-
Total de Intangível		144.744	(16.598)	128.146	90.825	(11.580)	79.245

a. Movimentação do intangível

Controladora				
	Custo histórico			Total
	Direito de Uso	Intangível em andamento	Custos de desenvolvimento	
Saldo em 31/12/2018	6.275	21.099	-	27.374
Adições	12.796	48.953	-	61.749
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	19.071	70.052	-	89.123
Adições	14.465	15.975	-	30.440
Transferências	4.523	(62.708)	58.185	-
Baixas	(518)	-	-	(518)
Saldo em 31/03/2020	37.541	23.319	58.185	119.045

Amortização acumulada				
	Direito de Uso	Intangível em andamento	Custos de desenvolvimento	Total
	Saldo em 31/12/2018	(1.334)	-	-
Adições	(10.011)	-	-	(10.011)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(11.345)	-	-	(11.345)
Adições	(4.586)	-	(451)	(5.037)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2020	(15.931)	-	(451)	(16.382)

Total do intangível em 31/12/2019	7.726	70.052	-	77.778
Total do intangível em 31/03/2020	21.610	23.319	57.734	102.663

Consolidado					
	Custo histórico			Agio por expectativa de rentabilidade futura	Total
	Direito de Uso	Intangível em andamento	Custos de desenvolvimento		
Saldo em 31/12/2018	6.687	21.099	-	-	27.786
Adições	13.052	49.987	-	-	63.039
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	19.739	71.086	-	-	90.825
Adições	14.659	15.975	-	23.803	54.437
Transferências	4.523	(62.708)	58.185	-	-
Baixas	(518)	-	-	-	(518)
Saldo em 31/03/2020	38.403	24.353	58.185	23.803	144.744

Amortização acumulada				
	Direito de Uso	Intangível em andamento	Custos de desenvolvimento	Total
	Saldo em 31/12/2018	(1.365)	-	-
Adições	(10.215)	-	-	(10.215)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(11.580)	-	-	(11.580)
Adições	(4.669)	-	(451)	(5.120)
Baixas	102	-	-	102
Saldo em 31/03/2020	(16.147)	-	(451)	(16.598)

Total do intangível em 31/12/2019	8.159	71.086	-	79.245
Total do intangível em 31/03/2020	22.256	24.353	57.734	128.146

15 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

Controladora					
31/03/2020					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	2.588.985	-	-	-	2.588.985
Depósitos Poupança	346.240	-	-	-	346.240
Depósitos a prazo	18.797	83.709	215.840	2.115.609	2.433.955
Total geral	2.954.022	83.709	215.840	2.115.609	5.369.180
Total do circulante					3.253.571
Total do não circulante					2.115.609

Controladora					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	2.094.127	-	-	-	2.094.127
Depósitos Poupança	307.098	-	-	-	307.098
Depósitos a prazo	29.210	106.594	203.486	2.270.189	2.609.479
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	2.430.435	106.594	203.486	2.270.189	5.010.704
Total do circulante					2.740.515
Total do não circulante					2.270.189

Consolidado					
31/03/2020					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	2.573.152	-	-	-	2.573.152
Depósitos Poupança	346.240	-	-	-	346.240
Depósitos a prazo	18.797	83.709	211.000	2.104.711	2.418.217
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	2.938.189	83.709	211.000	2.104.711	5.337.609
Total do circulante					3.232.898
Total do não circulante					2.104.711

Consolidado					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	2.088.132	-	-	-	2.088.132
Depósitos Poupança	307.098	-	-	-	307.098
Depósitos a prazo	29.210	106.594	203.486	2.257.994	2.597.284
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	2.424.440	106.594	203.486	2.257.994	4.992.514
Total do circulante					2.734.520
Total do não circulante					2.257.994

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

Controladora					
31/03/2020					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	74.747	497.421	337.040	754.094	1.663.302
Letras Financeiras	11.307	-	-	-	11.307
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	12.831	-	12.831
Total geral	86.054	497.421	349.871	754.094	1.687.440
Total do circulante					933.346
Total do não circulante					754.094

Controladora					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	145.990	552.162	382.530	653.506	1.734.188
Letras de Crédito Agronegócio	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	11.186	-	11.186
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.704	12.704
Total geral	145.990	552.162	393.716	666.210	1.758.078
Total do circulante					1.091.868
Total do não circulante					666.210

Consolidado					
31/03/2020					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	74.747	495.163	337.040	754.094	1.661.044
Letras de Crédito Agronegócio	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	11.307	-	-	-	11.307
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	12.831	-	12.831
Total geral	86.054	495.163	349.871	754.094	1.685.182
Total do circulante					931.088
Total do não circulante					754.094

Consolidado					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	145.990	525.882	382.372	653.506	1.707.750
Letras de Crédito Agronegócio	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	11.186	-	11.186
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.704	12.704
Total geral	145.990	525.882	393.558	666.210	1.731.640
Total do circulante					1.065.430
Total do não circulante					666.210

c. Despesas com operações de captação no mercado

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Despesas de captação		
Despesa com Depósitos de poupança	(2.103)	(820)
Depósitos à prazo	(30.415)	(27.579)
Letra Imobiliária Garantida	(127)	(179)
Letras de Crédito Imobiliário	(21.566)	(25.186)
Letras de Crédito Agronegócio	-	(114)
Total	(54.211)	(53.878)
Despesas com obrigações por operações		
Letras financeiras	(122)	(203)
Total	(122)	(203)
Total das despesas com captção no mercado	(54.333)	(54.081)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Despesas de captação		
Despesa com Depósitos de poupança	(2.104)	(820)
Depósitos à prazo	(30.250)	(27.463)
Letra Imobiliária Garantida	(127)	(179)
Letras de Crédito Imobiliário	(21.477)	(25.186)
Cotas de fundo imobiliário	(5.231)	-
Total	(59.189)	(53.762)
Despesas com obrigações por operações		
Despesa com Letras financeiras	(122)	(203)
Total	(122)	(203)
Total das despesas com captção no mercado	(59.311)	(53.965)

16 Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	Controladora e Consolidado				
	31/03/2020				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	108	216	971	28.017	29.312
Total geral	108	216	971	28.017	29.312
Total do circulante					1.295
Total do não circulante					28.017
	31/12/2019				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	109	545	653	28.493	29.800
Total geral	109	545	653	28.493	29.800
Total do circulante					1.307
Total do não circulante					28.493

17 Outras passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/03/20	31/12/19	31/03/20	31/12/19
Impostos devidos	15.188	17.177	16.719	18.251
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	58.691	114.859	61.859	117.358
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	1.351	4.315
Dividendos / Juros sobre capital próprio a pagar (nota 19d)	14.440	11.362	14.440	13.575
Operações de câmbio	8.793	-	8.793	15
Credores por recursos a liberar (b)	45.459	54.168	45.459	54.183
Valores a pagar a sociedades ligadas	278	8	860	624
Outras obrigações	1.061	325	2.031	4.521
Resultados de Exercícios Futuros	-	5.167	-	5.167
Total	143.910	203.066	151.512	218.009
Circulante	143.910	194.931	151.512	209.889
Não circulante	-	-	-	-

- (a) Este saldo é representado, principalmente, por pagamentos a processar, no valor de R\$23.698 (2019: R\$60.472); provisão para credores e fornecedores diversos, no valor de R\$13.771 (2019: R\$37.725); financiamentos a liberar, no valor de R\$2.305 (2019: R\$3.752); cheque administrativo, no valor de R\$1.331 (2019: R\$1.379); provisões trabalhistas, no valor de R\$16.204 (2019: R\$11.482); e convênios, no valor de R\$1.382 (2019: R\$49).
- (b) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

18 Transações com partes relacionadas

	Prazo médio	Taxa média	31/03/2020		31/12/2019	
			Passivos	Despesas	Passivos	Despesas
Controlador (a)						
Captações (depósitos e letras)	12 a 24 meses	97 a 102% CDI	(58.959)	(830)	(94.734)	(3.564)
Controladas (b)						
Captações (depósitos e letras)	6 a 61 meses	93 a 100% CDI	(31.571)	(1.037)	(16.388)	(1.087)
Pessoal-chave da Administração (c)						
Captações (depósitos e letras)	12 a 61 meses	95 a 100% CDI	(34.218)	(463)	(11.822)	(797)
Outras partes relacionadas (d)						
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	6 a 61 meses	95 a 100% CDI	(362.290)	(5.163)	(426.059)	(10.595)

- (a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição;
- (b) qualquer entidade sob controle da instituição;
- (c) qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal;
- (d) quaisquer membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas;

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

O Banco possui também operações de aluguéis de imóveis junto a partes relacionadas. No trimestre findo em 31 de março de 2020 as despesas com estes aluguéis totalizaram R\$474 (2019: R\$797).

A partir de 01 de janeiro de 2019, conforme resolução CMN nº 4.693, o Banco e suas controladas podem conceder operações de crédito para a suas partes relacionadas desde que observados os seguintes limites:

- 1% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa natural; e
- 5% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa jurídica.

O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas.

Em 31 de março de 2020 o Banco possuía o montante de R\$100.018 em operações de crédito com partes relacionadas. Ademais, o Banco possuía saldos a receber de operações com cartões de crédito no montante de R\$2.456.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco é paga integralmente pelo Banco Inter S.A, sem o respectivo reembolso. O Banco possui plano de opção de compra de ações para os seus Administradores. Maiores informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

A remuneração dos Administradores do Banco Inter S.A para o período findo em 31 de março de 2020 foi de, aproximadamente, R\$3.064 (31 de março de 2019: R\$ R\$3.855) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do período findo em 31 de março de 2020, foram propostos juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$16.266 (31 de março de 2019: R\$12.814).

19 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente não dedutíveis no montante aproximado de R\$108.558 (31 de dezembro de 2019: R\$100.371), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de março de 2020, perfazia um montante de R\$47.662 (31 de dezembro de 2019: R\$40.148).

Além disso, o Banco mantém créditos tributários relativos a: provisão para ações cíveis, fiscais e trabalhistas, no valor de R\$7.892 (31 de dezembro de 2019: R\$7.901); prejuízo fiscal, no valor de R\$19.277 (31 de dezembro de 2019: R\$25.541) e decorrentes de outras diferenças temporárias no valor de R\$2.294 (31 de dezembro de 2019: R\$(3.487)). O total destes créditos tributários é de R\$29.012 (31 de dezembro de 2019: R\$29.463).

A Administração, com base na Resolução CMN nº 3.059/2002, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 10 (d).

	Controladora			
	31/03/20		31/03/19	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.364)	(34.364)	3.801	3.801
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(16.266)	(16.266)	(12.813)	(12.813)
Equivalência patrimonial	(3.344)	(3.344)	(3.053)	(3.053)
PCLD, líquida	7.505	7.505	285	285
Prejuízo fiscal	-	-	-	-
Provisões para contingências	(20)	(20)	659	659
Hedge	10.577	10.577	(5.170)	(5.170)
Macação a mercado de títulos	25.648	25.648	-	-
Outras, líquidas	114	114	(412)	(412)
Base de cálculo (antes da compensação de prejuízo fiscal)	<u>(10.150)</u>	<u>(10.150)</u>	<u>(16.703)</u>	<u>(16.703)</u>
Alíquota efetiva	-	-	-	-
Alíquota adicional (10%)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	13.353	11.141	5.181	3.094
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>13.353</u>	<u>11.141</u>	<u>5.181</u>	<u>3.094</u>
Provisão para imposto de renda		-		-
Provisão para contribuição social		-		-
Ativo fiscal diferido		<u>24.494</u>		<u>8.275</u>
Total Imposto de renda e contribuição social		<u>24.494</u>		<u>8.275</u>

	Consolidado			
	31/03/20		31/03/19	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Real				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.230)	(33.230)	4.393	4.393
Adições (exclusões) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(16.266)	(16.266)	(12.813)	(12.813)
Equivalência patrimonial	(3.344)	(3.344)	(3.053)	(3.053)
PCLD, líquida	7.505	7.505	285	285
Prejuízo fiscal	-	-	(185)	(185)
Provisões para contingências	(20)	(20)	659	659
Hedge	10.577	10.577	(5.170)	(5.170)
Marcação a mercado	25.648	25.648	-	-
Outras, líquidas	166	166	(412)	(412)
Base de cálculo	<u>(8.964)</u>	<u>(8.964)</u>	<u>(16.296)</u>	<u>(16.296)</u>
Lucro real e base de cálculo	<u>(8.964)</u>	<u>(8.964)</u>	<u>(16.296)</u>	<u>(16.296)</u>
Apuração Lucro Presumido				
Receita de serviços	10.933	10.933	4.114	4.114
Lucro presumido (32%)	3.499	3.499	1.316	1.316
Outras receitas	119	119	60	60
Base de cálculo	<u>3.618</u>	<u>3.618</u>	<u>1.376</u>	<u>1.376</u>
Alíquota efetiva	(721)	(568)	(284)	(205)
Alíquota adicional (10%)	(462)	-	(178)	-
Incentivos fiscais / Deduções legais	7	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	13.370	11.147	5.152	3.077
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>12.194</u>	<u>10.579</u>	<u>4.690</u>	<u>2.872</u>
Provisão para imposto de renda		(1.176)		(462)
Provisão para contribuição social		(568)		(205)
Ativo fiscal diferido		<u>24.517</u>		<u>8.229</u>
Total Imposto de renda e contribuição social		<u>22.773</u>		<u>7.562</u>

Não houve recolhimento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de março de 2020 e 2019.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 15 de abril de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em R\$627 mediante a emissão de até 123.123 novas ações preferenciais para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos, não se aplicando o direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição de novas ações, conforme previsto no §3º do art. 171 da Lei 6.404/1976.

Em 29 de julho de 2019, houve aumento de capital no âmbito da oferta pública primária, com esforços restritos de colocação, (a) de certificados de depósitos de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units” e “Oferta Institucional”, respectivamente); e (b) exclusivamente aos acionistas do Banco que detinham, em 18 de julho de 2019, units, ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão do Banco (“Acionistas”), de forma a assegurar, a tais Acionistas, o direito de prioridade, de ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e ações preferenciais (“Ações Preferenciais” e, em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”) de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Oferta Prioritária” e, em conjunto com a Oferta Institucional, “Oferta”), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

O capital social do Banco passou de R\$866.364 para R\$2.114.052, um aumento, portanto, no montante de R\$1.248, mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de 62.400.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e de 31.200.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 27 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração a reforma do estatuto social do Banco para a ratificação e atualização do valor do capital social do Banco, conforme aumento de capital deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2019, dentro do limite do capital autorizado e o número final de ações de emissão do Banco efetivamente emitidas, subscritas e integralizadas, tendo em vista a conclusão do novo período de conversão de ações de emissão do Banco de uma espécie em outra, conforme previsto no programa de emissão de certificados de depósitos ações do Banco, para a formação de units (“Units” e “Programa de Units”, respectivamente);

de modo que o capital social do Banco passe a ser representado por ações nominativas, sem valor nominal, sendo 364.451.252 ações ordinárias e 338.353.750 ações preferenciais.

Em 30 de outubro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em R\$1.954 mediante a emissão de 1.585.688 novas ações preferenciais e 792.844 ações ordinárias para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos II, Planos III e Planos IV não se aplicando o direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição de novas ações, conforme previsto no §3º do art. 171 da Lei 6.404/1976.

No dia 05 de março de 2020 foi deliberado aumento de capital no valor de R\$1.409, mediante a emissão de 1.179.664 (um milhão, cento e setenta e nove mil, seiscentas e sessenta e quatro) ações preferenciais e 589.832 (quinhentas e oitenta e nove mil e oitocentas e trinta e duas) ações ordinárias, para fazer frente às opções de compra exercidas pelos beneficiários dos Planos de Opções.

Em 31 de março de 2020 o capital social é R\$ 2.069.714, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 706.953.030 ações nominativas, sendo 365.833.928 ordinárias e 341.119.102 preferenciais, todas sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Lucros.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Banco Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

As destinações dos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019, estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	31/03/20	31/03/19
Lucro líquido	(9.871)	12.076
Reserva Legal	-	(604)
JSCP pagos e/ou dividendos provisionados	(16.265)	(12.814)
Reserva estatutária	26.136	1.342

Em 26 de março de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$16.266.

	31/03/20		31/03/19	
	Valor provisionado	Valor por ação	Valor provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no período	11.358	0,02	8.033	0,08
Dividendos provisionados	-	-	12.814	0,13
Imposto Juros sobre capital próprio à pagar	(2.440)	(0,00)	(1.486)	(0,01)
Juros sobre capital próprio líquido à pagar	16.265	0,02	11.328	0,11

e. Ações em tesouraria

Em 22 de março de 2019, a Administração do Banco optou por alienar 11.000 ações em tesouraria. Em 15 de abril de 2019 foram entregues 109.100 ações preferenciais que estavam mantidas em tesouraria para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos.

No dia 12 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou programa de aquisição de ações de emissão do Banco, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado, ou, ainda, destinação aos Planos de Opções de Compra de Ações e/ou Units do Banco Inter. Em virtude da aprovação deste programa, no primeiro trimestre de 2020 foram recompradas 1.080.100 ações ordinárias e 2.160.200 ações preferenciais, perfazendo o montante de R\$28.194 de ações em tesouraria em 31 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possuía ações em tesouraria.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$1.412 (31 de dezembro de 2019: R\$1.462). Deste total, o montante de R\$50 (31 de dezembro de 2019: R\$107) corresponde à variação a valor de mercado dos títulos públicos federais disponíveis para venda.

g. Lucro por ação

	Controladora	
	31/03/20	31/03/19
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	(9.871)	12.076
Número médio de ações	704.103	101.292
Lucro por ação (R\$)	(0,01402)	0,11922
Lucro por ação diluído (R\$)	(0,01399)	0,11827

21 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que se referem a ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Inter é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis, trabalhistas e fiscais no valor de R\$18.510 (31 de dezembro 2019: R\$18.515), registrada sob a rubrica "outras obrigações", conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16 (c). Vide movimentação dos saldos no item "b.1".

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.679	13.880	957	18.516
Constituições/atualizações	69	2.403	15	2.487
Pagamentos/reversões	(453)	(2.040)	-	(2.493)
Saldo em 31 de março de 2020	3.295	14.243	972	18.510
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.945	14.225	916	19.086
Constituições/atualizações	356	1.295	4	1.655
Pagamentos/reversões	(367)	(72)	-	(439)
Saldo em 31 de março de 2019	3.934	15.448	920	20.302

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$972, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em março de 2020:

Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.892; juros, de R\$22.511 - Total de R\$52.703 (Em 31/12/19 Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.892; juros, de R\$22.939 - Total de R\$53.131)

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 Cofins

- (i) O Banco Inter possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para março de 2020: principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.530 - Total de R\$4.036. (Em 31/12/19 principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.516 - Total de R\$4.022.)
Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até março de 2020: principal, valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$4.612 - Total de R\$8.807. (Em 31/12/19 principal no valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$4.576 - Total de R\$8.771.)
Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.
- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006

a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

Principal, no valor de R\$10.027; juros e encargos, de R\$14.644 - Total de R\$24.671. (Em 31/12/19 Principal no valor de R\$10.027; juros e encargos, de R\$14.563 - Total de R\$24.590.)

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal, no valor de R\$11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$13.432 - Total de R\$33.053. (Em 31/12/19, principal no valor de R\$11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$13.228 - Total de R\$32.829.)

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal, valor de R\$1.367; multa, R\$274, juros de R\$757 - Total de R\$2.398. (Em 31/12/19, principal, valor de R\$1.367; multa, R\$274, juros de R\$743 - Total de R\$2.384.)

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41.

Multa isolada, no valor de R\$688; juros R\$146 - Total de R\$834. (Em 31/12/19, no valor de R\$688; juros R\$139 - Total de R\$827.)

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2013, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.

Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$6.603; juros R\$6.727 - Total de R\$22.134. (Em 31/12/19, Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$6.603; juros R\$6.567 - Total de R\$21.974.)

Em 26/03/2019, o recurso voluntário foi distribuído para a 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção de Julgamentos do CARF. Aguarda-se inclusão do recurso na pauta de julgamentos do CARF.

- (ix) Em 31 de outubro de 2018, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2014, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das "receitas financeiras" na base de cálculo.

Principal, valor de R\$9.309, multa, de R\$6.983; juros R\$5.490 - Total de R\$21.782 (Em 31/12/19, Principal, valor de R\$9.309, multa, de R\$6.983; juros R\$5.320 - Total de R\$21.612)

Aguarda-se o julgamento de impugnação apresentada pelo Banco.

22 Rendas de prestação de serviço

As rendas de tarifas bancárias referem-se, substancialmente, a tarifas e taxas de serviços de compensação e tarifas interbancárias.

	Controlada	
	31/03/20	31/03/19
Rendas de Tarifas Bancárias	6.567	5.341
Outros serviços	578	641
Taxas de gestão e estruturação	666	599
Rendas de intercâmbio (a)	19.766	9.524
Taxas de cadastro crédito imobiliário	249	836
Taxas de cadastro empréstimos PJ	389	1.222
Outras rendas de prestação de serviço	10	3
Total	28.225	18.166

	Consolidado	
	31/03/20	31/03/19
Rendas de Tarifas Bancárias	6.567	5.341
Outros serviços	2.644	648
Corretagem de seguros	6.312	4.369
Rendas de comissões e colocação de títulos	2.708	1.427
Rendas de corretagens e operações em bolsa	1.370	69
Administração de fundos	3.678	144
Taxas de gestão e estruturação	666	599
Rendas de intercâmbio (a)	19.766	9.524
Taxas de cadastro crédito imobiliário	249	836
Taxas de cadastro empréstimos PJ	389	1.222
Outras rendas de prestação de serviço	10	3
Total	44.359	24.182

- (a) O aumento da renda de Intercambio é o resultado do crescimento da base de cliente do banco, conseqüentemente o aumento dos usuários de cartão de créditos pois esse renda está relacionada ao uso do cartão.

23 Despesas de Pessoal

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Salários	(23.520)	(15.713)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(3.064)	(2.769)
Encargos sociais e previdenciários	(8.766)	(5.887)
Participação nos lucros	(2.059)	-
Despesas de férias e 13º salário	(5.026)	(2.797)
Benefícios	(7.054)	(4.711)
Outros	(263)	(262)
Total	(49.752)	(32.139)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Salários	(25.109)	(16.245)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(3.664)	(2.985)
Encargos sociais e previdenciários	(9.476)	(6.137)
Participação nos lucros	(2.196)	(93)
Despesas de férias e 13º salário	(5.380)	(2.922)
Benefícios	(7.350)	(4.881)
Outros	(309)	(287)
Total	(53.484)	(33.550)

24 Outras despesas administrativas

	Controlada	
	31/03/2020	31/03/2019
Prestação de serviços	(3.608)	(1.976)
Processamento de dados	(36.352)	(23.035)
Aluguel	(2.269)	(1.692)
Comunicação	(15.972)	(9.949)
Despesas bancárias	(14.456)	(8.684)
Serviços técnicos especializados	(6.030)	(5.023)
Propaganda e publicidade	(11.184)	(9.359)
Manutenção e conservação de bens	(815)	(813)
Despesas cartoriais e judiciais	(988)	(492)
Amortização e depreciação	(5.698)	-
Outros	(4.895)	(2.928)
Total	(102.267)	(63.951)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Prestação de serviços	(3.655)	(2.068)
Processamento de dados	(37.236)	(23.361)
Aluguel	(2.427)	(1.721)
Comunicação	(16.022)	(10.012)
Despesas bancárias	(18.343)	(8.866)
Serviços técnicos especializados	(6.175)	(5.073)
Propaganda e publicidade	(11.238)	(9.380)
Manutenção e conservação de bens	(837)	(823)
Despesas cartoriais e judiciais	(990)	(494)
Amortização e depreciação	(5.795)	-
Outros	(5.301)	(3.052)
Total	(108.019)	(64.850)

25 Outras receitas operacionais

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Recuperação de encargos e despesas	702	1.033
Rendas de aplicações no exterior	-	-
Tarifas de avaliações	1.002	1.677
Receita de portabilidade	184	42
Rendas de títulos e créditos a receber	362	333
Receitas de performance (a)	26.076	3.386
Outras receitas operacionais	4.046	3.113
Total	32.372	9.584

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Recuperação de encargos e despesas	702	1.033
Tarifas de avaliações	1.002	1.677
Rendas de aplicações no exterior	-	-
Receita de portabilidade	183	42
Rendas de títulos e créditos a receber	362	333
Receitas de performance (a)	26.076	3.386
Outras receitas operacionais	6.015	3.354
Total	34.340	9.825

- (a) O aumento da renda de performance é o resultado da parceria firmada entre o Banco e Mastercard que oferece bonus de desempenho ao banco a medida que a emissão de cartão aumenta.

26 Outras despesas operacionais

	Controladora	
	31/03/2020	31/03/2019
Amortização e depreciação	-	(1.706)
Descontos concedidos	(466)	(3.506)
Despesas com portabilidade	(2.107)	(388)
Despesa tarifa de saque cartão	(8.405)	(5.666)
Despesas com cartões	(2.808)	(244)
Despesas com câmbio	(4.272)	(655)
Chargeback cartão	(990)	-
Remuneração vendas de imóveis a repassar	(408)	-
Reembolso/devolução de valores	(3.394)	-
Outras	(1.183)	(3.871)
Total	(24.033)	(16.036)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Amortização e depreciação	-	(1.746)
Descontos concedidos	(466)	(3.506)
Despesas com portabilidade	(2.107)	(388)
Despesa tarifa de saque cartão	(8.405)	(5.666)
Despesas com cartões	(2.808)	(244)
Despesas com câmbio	(4.272)	(655)
Chargeback cartão	(990)	-
Remuneração vendas de imóveis a repassar	(408)	-
Reembolso/devolução de valores	(3.394)	-
Outras	(1.883)	(3.875)
Total	(24.733)	(16.080)

27 Outras receitas e despesas

	Controlada	
	31/03/2020	31/03/2019
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	280	(567)
Outros ganhos (perdas) de capital	4.145	(3)
Provisão para contingências	(2.473)	(1.652)
Outras despesas	(150)	-
Total	1.802	(2.222)

	Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	279	(567)
Outros ganhos (perdas) de capital	3.256	(3)
Provisão para contingências	(2.473)	(1.652)
Outras despesas	(159)	(37)
Total	903	(2.259)

28 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração.

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual foram outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Banco Inter, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Inter, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Banco Inter, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas, uma comunhão de interesses.

Dos planos atualmente vigentes, o primeiro iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que se iniciou em 2012, e foi concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de, aproximadamente, R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir 3.440.520 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$3,69.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de cinco anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016, foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrou em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 3.384.000 ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco tranches, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$4,62, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Inter S.A. o Plano IV de Aquisição de Opções de Ações. Estas opções poderão ser exercidas dentro do período de 3

(três) anos, contados dos respectivos períodos de carência, e após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, no primeiro trimestre de 2018 foi aprovado o desdobramento das ações na razão de 6 ações a cada 1. As informações correspondentes abaixo demonstradas foram mantidas sem desdobramento, para fins de comparabilidade.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções	Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
2	24/02/2012	1.699.470	Até 5 anos	R\$5,28	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	588.000	Até 5 anos	R\$4,68	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023
4	15/02/2018	1.675.488	Até 5 anos	R\$4,74	Diretores, gestores e colaboradores chave	15/02/2025

As movimentações das opções de cada plano para o exercício findo em 31 de março de 2020 e informações complementares são demonstradas abaixo:

Plano	Qtd. Colaboradores	Movimentações 31/03/2020 (Ações)					Saldo Final
		Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final	
	2	1	23.947	-	-	23.947	-
	3	18	491.100	-	5.100	18.000	468.000
	4	32	1.259.293	52.000	46.529	252.969	1.011.795
Total			1.774.340	52.000	51.629	294.916	1.479.795
Preço Médio Pond. das Ações			R\$ 5,21	4,74	R\$ 4,73	R\$ 4,78	R\$ 4,72

Plano	Qtd. Colaboradores	Movimentações 31/12/2019 (Ações)					Saldo Final
		Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/Canceladas	Exercidas	Saldo Final	
	2	12	240.288	-	15.480	200.861	23.947
	3	18	540.900	-	7.600	42.200	491.100
	4	25	1.641.248	50.000	21.600	410.355	1.259.293
Total			2.422.436	-	44.680	653.416	1.774.340
Preço Médio Pond. das Ações			R\$ 4,61	4,92	R\$ 4,34	R\$ 4,68	R\$ 5,21

Outras Informações

Plano	Núm. de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no trimestre	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Remanescente do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescente (em anos)
2	-	-	-	-	2
3	468.000	24	72	2	5
4	1.011.795	-	-	4	6

O impacto estimado é referente ao valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,97%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	64,28%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

O custo de prêmio referente ao programa nº 4 será de responsabilidade dos participantes, não sendo reconhecido nenhum custo por parte do Banco.

29 Gestão de Riscos

A gestão de riscos no Banco Inter é entendida como o conjunto de atividades coordenadas para identificar, avaliar, mensurar, tratar, controlar e monitorar os riscos considerados materiais ou prioritários pelo Conselho de Administração do conglomerado, proativamente e com uma visão prospectiva, tendo por base a adequada compreensão dos tipos de risco, de suas características e interdependências, das fontes de riscos e de seu potencial impacto sobre o negócio.

A gestão de riscos no Banco Inter é liderada, incentivada e supervisionada pelo Conselho de Administração, mas é praticada por todos os colaboradores em todos os níveis. O Conselho de Administração nomeou um diretor de riscos com suficiente qualificação e experiência, responsável por supervisionar continuamente a gestão de riscos no conglomerado.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Banco estão disponíveis no sítio eletrônico www.bancointer.com.br, na seção Gestão de Riscos.

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Banco Inter, essa gestão é também avaliada periodicamente pelo Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, que, além de outras funções, também tem o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº CMN nº 4.557/2017.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Banco Inter, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

b.1 Análise de sensibilidade

O Banco avalia o comportamento da carteira em cenários de estresse por meio de choques nos indexadores. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo a seguir contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

FATOR DE RISCO		IGP-M	IPCA	PRÉ	CARTEIRA TOTAL
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
MTM em normalidade (R\$)		2.244.195			
Choques por basis points					
-50 bps	CENÁRIO 3	2.252.382	2.277.582	2.257.169	2.298.743
-25 bps	CENÁRIO 2	2.248.257	2.260.682	2.250.635	2.271.184
-1 bps	CENÁRIO 1	2.244.356	2.244.847	2.244.451	2.243.127
+1 bps	CENÁRIO 1	2.244.034	2.243.544	2.243.939	2.245.264
+25 bps	CENÁRIO 2	2.240.195	2.228.109	2.237.847	2.217.760
+50 bps	CENÁRIO 3	2.236.255	2.212.411	2.231.589	2.191.865

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 - situação possível tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM, IPCA e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração e de elevação de 25 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração e de elevação de 50 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

Adicionalmente, afim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o Patrimônio de referência (PR), executamos testes de sensibilidade, em que avaliamos:

Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

FATOR DE RISCO	PERCENTIL			
	1 - 1 ano	99 - 1 ano	1 - 5 anos	99 - 5 anos
Cupom de IGP-M	19.279	(2.152)	16.771	(34.523)
Cupom de IPCA	86.228	(22.773)	75.105	(185.446)
PRÉ	17.756	(42.672)	13.948	(189.536)
Ações (Ibovespa)	(400)	3.060	(2.268)	2.938
Cupom de TR	(32.122)	21.490	(27.558)	102.537
USD	(395)	(24)	(593)	(125)

Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo, apresentamos apenas os fatores de risco onde para os quais foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

FATOR DE RISCO	VARIAÇÃO % DO PATRIMÔNIO		
	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGP-M	15,60%	93,59%	-
Cupom de IPCA	1,73%	3,88%	9,71%
PRÉ	4,25%	10,09%	30,28%
Cupom de TR	-2,17%	-3,52%	-5,17%

c. Gestão de riscos operacionais

Os riscos operacionais permeiam todo o Banco Inter e estão presentes em todas as atividades e processos, pois estes são susceptíveis a falhas e erros decorrentes de processos, pessoas, sistemas e eventos externos.

Conforme definido no apetite a riscos (RAS) do Banco Inter, declarado por seu Conselho de Administração, a Diretoria irá priorizar a implantação de tratamentos, ações de resposta e controles, para os riscos operacionais classificados (qualitativamente ou quantitativamente) como materiais ou relevantes.

E para os riscos operacionais prevalece a diretriz dada pelo Conselho de Administração de que os tratamentos e controles não devem custar mais do que os próprios riscos que controlam. Ou seja, os investimentos para a implantação, bem como as despesas de manutenção e operação dos tratamentos e controles, são compatíveis e não ultrapassam os valores de perda potencial.

Os principais controles para os riscos mais relevantes e materiais do Banco Inter são mapeados na matriz de controles, que formaliza ainda os responsáveis pela sua execução e manutenção (os proprietários dos riscos, ou risk owners).

O nível de efetividade dos controles é testado periodicamente, e a priorização dos testes considera a maturidade dos riscos e a efetividade declarada destes controles.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Banco Inter adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no Art. 1º da Circular Bacen nº 3.640/2013.

d. Gestão de risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito no conglomerado prudencial do Banco Inter tem como objetivo manter o perfil de risco e a rentabilidade da carteira de crédito enquadrados dentro dos limites definidos no apetite a riscos.

Este objetivo é suportado por alguns pilares:

Um processo estruturado para definição de grupos econômicos, em que são identificadas as relações contratuais de dependência econômica entre as pessoas físicas e jurídicas, e as estruturas de participações e controle.

Um processo estruturado de classificação de risco dos tomadores, baseado em modelos estatísticos de application (nos estágios iniciais de relacionamento com os clientes) e behaviour scoring (usado para os clientes que já têm um histórico de relacionamento com o Banco Inter), para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. Para grandes empresas, a classificação baseia-se em projeções da situação econômica da empresa, sua capacidade de geração de caixa, suas necessidades de capital de giro e seu endividamento. São analisadas ainda as perspectivas do setor econômico em que a empresa atua.

Um processo estruturado de desenho, calibragem e implantação das políticas e guidelines de concessão de crédito e calibragem das régulas de cobrança.

As políticas definem os limites e alçadas de decisão, bem como os perfis de risco aceitos, e são desafiadas construtivamente pela área de riscos (como segunda linha de defesa) quanto a sua eficiência em atingir os objetivos estratégicos, de rentabilidade e aderência ao apetite a riscos.

Um processo estruturado de definição e aprovação de limites operacionais de concentração ou acúmulo de riscos por:

- Categorias de ativos;
- Grupos econômicos;
- Regiões geográficas;
- Indústrias ou setores de atividade econômica.

Um processo estruturado de monitoramento do perfil de risco da carteira, com uma visão prospectiva, que gera sinais de alerta antecipados (early warning system) e retroalimenta as políticas de concessão de crédito e os modelos de classificação de risco de forma tempestiva.

Um processo estruturado de avaliação das garantias, colaterais e instrumentos mitigadores. As garantias aceitas podem ser fidejussórias e reais, e são avaliadas quanto à eficácia jurídica, os custos de execução e o valor esperado de recuperação, considerando a volatilidade e liquidez do mercado.

Um processo estruturado de provisionamento para perdas de crédito, aderente às diretrizes do IFRS9, baseado em modelos estatísticos com uma visão prospectiva que projetam a probabilidade de inadimplência do tomador, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, e a recuperação em caso de inadimplência.

Os modelos adotados na gestão de riscos de crédito atendem e estão aderentes às diretrizes e boas práticas para desenvolvimento, calibragem, implantação e uso de modelos de mensuração de riscos formalizados em normativos internos do conglomerado.

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.678/2013, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço: <http://ri.bancointer.com.br>.

e. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.433/2015.

f. Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

A Resolução CMN nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015, a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADOC) 4060, e apuração dos números do Banco através deste documento.

O Banco Inter S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para consolidação e verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial formado pelo Banco Inter e pela Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

DLO – Documento das margens de requerimento relativamente ao RWA

	<u>31/03/20</u>	<u>31/12/19</u>
Patrimônio de Referência (PR)	1.972.165	2.123.127
Patrimônio de Referência Nível I	1.972.165	2.123.127
Capital Principal (CP)	1.972.165	2.123.127
Ativos Ponderados por Risco - RWA	6.898.612	5.388.262
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	5.330.708	4.102.332
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	705.573	565.751
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	862.331	720.179
Requerimento de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	310.438	242.472
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	413.917	323.296
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	551.889	431.061
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Principal Requerido	1.661.727	1.880.655
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	1.558.248	1.799.831
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	28,6%	39,4%
Índice de Capital Nível I (Nível I /RWA)	28,6%	39,4%
Índice de Basileia (PR/RWA)	28,6%	39,4%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o Banco Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

30 Outras informações

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$5.318 (31 de dezembro de 2019: R\$5.318).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$1.099.163 (31 de dezembro de 2019: R\$ R\$1.232.216).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

31 Eventos subsequentes

Diante da rápida disseminação do Coronavírus (Covid-19), o Banco Inter está seguindo todas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, para evitar a propagação do vírus e proteger seus colaboradores, clientes e comunidade. Entre as medidas necessárias para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores, adotou o regime de home office para a maior parte de seus colaboradores diretos, enquanto os terceirizados tiveram escalas reduzidas. Além disso, foi assumido o compromisso de manutenção dos 1,6 mil empregos diretos gerados pelo Banco, durante os meses de abril e maio. O Banco Inter reforça, ainda, que está atento à evolução da pandemia para avaliar

as medidas cabíveis e também uma possível retomada das atividades nos escritórios no momento mais adequado.

Entre outras medidas, foi estendido o prazo de pagamento das faturas de cartão de crédito para idosos e correntistas com limite de crédito de até R\$4 mil, sem cobrança de juros ou multas. Além disso, os correntistas receberão o dobro de *cashback* em todos os produtos adquiridos *online* por meio da plataforma de *e-commerce* da instituição, que conta com mais de 100 parceiros. Também foi concedido aos correntistas PJ e MEI aumento de 100 para 200 no limite de TEDs e boletos gratuitos, com o objetivo de facilitar a gestão e reduzir os custos de micro e pequenos empreendedores. Todas as medidas estão detalhadas na página www.bancointer.com.br/parceria, criada exclusivamente para informar sobre prevenção e combate ao coronavírus, bem como divulgar orientações de prevenção e combate à pandemia.

Em parceria com a MRV, Log e família Menin, foram doados R\$ 10 milhões para a compra de respiradores no estado de Minas Gerais, dentre outras doações importantes para as comunidades atingidas pelos impactos dessa pandemia.

Foi instituído um Comitê de Crise com reuniões diárias, capacitando a tomada de decisões ágeis e definição de ações em tempo real. Assim, mesmo de forma remota, a equipe da instituição segue monitorando e atuando no controle de riscos conforme o padrão de segurança corporativa.

Além das rotinas já existentes, foram tomadas algumas medidas extras para mitigar riscos: antecipou-se o acompanhamento diário de movimentações de caixa, para o monitoramento contínuo da suficiência de capital; foi adotada postura de cautela nos produtos de crédito; foram implementadas mudanças na operação, viabilizando o *home office* com foco total em segurança; foram traçados planos de ação para o cenário de maior exposição à riscos cibernéticos e a instituição está trazendo benefícios a todos os *stakeholders*, através de atrações de doações, campanhas e atuação institucional no combate direto e indireto ao COVID-19. Destaca-se que todas as ações são apoiadas pelo time Jurídico que está atuando intensamente junto aos órgãos regulatórios e governamentais.

Devido às incertezas quanto ao cenário atual e aos efeitos sobre as atividades econômicas dos clientes e fornecedores, torna-se impossível prever o impacto total que a pandemia terá sobre a economia global e brasileira, bem como sobre as operações do Banco Inter e suas controladas.

Os impactos atualmente mapeados podem abranger principalmente, mas não apenas, os níveis de inadimplência, receitas vinculadas ao volume de transações (principalmente em cartões de débito e crédito), implementação de projetos e aumento de custos operacionais vinculados ao dólar. A avaliação dos impactos sobre as operações é constante e o Banco compromete-se a informar possíveis novos cenários que possam surgir ao longo dos próximos meses.

Ressalta-se que as operações estão ocorrendo normalmente, de forma majoritariamente remota, e a instituição reafirma o seu compromisso com a segurança de seus colaboradores, clientes, fornecedores e negócio.

* * *

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Leonardo Guimarães Corrêa - Conselheiro

Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheira

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Luiz Antônio Nogueira de França - Conselheiro Independente

André Guilherme Cazzaniga Maciel - Conselheiro Independente

Presidência

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Vice-Presidência

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

Guilherme Ximenes de Almeida

Helena Lopes Caldeira

Lucas de Souza Bernades

Priscila Salles Vianna de Paula

Ray Tarick Pereira Chalub

Ricardo Fonseca Couto

Rogério Toledo Goulart

Sebastião Luiz da Silva

Contador Responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3